

Município de Penalva do Castelo

Relatório de Gestão

Exercício 2015

INDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	III
ÍNDICE DE QUADROS.....	IV
I – INTRODUÇÃO.....	5
II – ATIVIDADE DESENVOLVIDA.....	6
1. Funções Gerais.....	7
2. Funções Sociais.....	8
3. Funções Económicas.....	9
4. Outras Funções.....	11
III – ANÁLISE FINANCEIRA.....	12
1. Análise Orçamental.....	12
1.1 Execução Global do Orçamento.....	12
2. Equilíbrio Orçamental.....	13
2.1 Cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental.....	14
3. Análise da Receita.....	15
3.1 Execução Orçamental da Receita.....	18
3.1.1 Evolução e Estrutura da Receita.....	20
3.1.1.1 Receita Corrente.....	21
3.1.1.2 Receita de Capital.....	25
3.2 Execução Orçamental da Despesa.....	26
3.2.1 Evolução e Estrutura da Despesa.....	30
3.2.1.1 Despesa Corrente.....	31
3.2.1.2 Despesa de Capital.....	32
4. Indicadores Orçamentais.....	33
4.1 Rácios de Estrutura da Receita e da Despesa.....	33
4.2 Rácios Sobre o Grau de Financiamento do Investimento.....	34
5. Análise da Situação Financeira, Económica e Patrimonial.....	35
5.1 Conceitos Contabilísticos.....	35
5.1.1 Balanço.....	35
5.1.2 Ativo.....	35
5.1.3 Passivo.....	36
5.1.4 Fundos próprios.....	36
5.1.5 Demonstração de resultados.....	36
5.2 Análise da Estrutura do Balanço.....	36
5.2.1 Estrutura do Ativo.....	37
5.2.2 Fundos Próprios.....	39
5.2.3 Estrutura do Passivo.....	39
5.3 Análise da Demonstração de Resultados.....	41
5.3.1 Estrutura dos Custos e Perdas.....	42
5.3.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos.....	43
5.3.1.2 Custos com o Pessoal.....	44
5.3.2 Estrutura dos Proveitos e Ganhos.....	46
5.3.3 Estrutura dos Resultados Económicos.....	47
5.3.3.4 Indicadores Financeiros.....	48
5.3.3.4.1 Análise da Liquidez.....	48
IV – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	50
1. Análise da Dívida de Terceiros.....	50
2. Análise da Dívida do Município.....	52
2.1 Evolução da Dívida de Curto Prazo.....	53
2.2 Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo.....	54
3. Capacidade de Endividamento.....	55
V – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	56
VI – FACTOS MAIS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	57

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura e Evolução das GOP.....	7
Figura 2 - Estrutura dos Custos.....	43
Figura 3 - Custos com o Pessoal.....	45
Figura 4 - Estrutura dos Proveitos.....	47
Figura 5 - Evolução da Liquidez.....	49
Figura 6 - Evolução das Dívidas de Terceiros - Curto Prazo.....	50
Figura 7 - Evolução da Dívida a Terceiros de Curto Prazo.....	53
Figura 8 - Evolução da dívida a Instituições de Crédito a Médio e Longo Prazo.....	54

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura, Execução e Evolução das GOP.....	6
Quadro 2 – Resumo Execução Orçamental 2015.....	12
Quadro 3 – Empréstimos existentes a 1 de janeiro de 2014.....	13
Quadro 4 – Cumprimento do equilíbrio orçamental.....	14
Quadro 5 – Evolução do orçamento da receita e sua execução.....	18
Quadro 6 – Receita orçada e cobrada por classificação económica	19
Quadro 7 – Evolução e estrutura da receita global cobrada.....	20
Quadro 8 – Impostos Indiretos.....	21
Quadro 9 – Impostos Indiretos	21
Quadro 10 – Taxas, Multas e Outras Penalidades	22
Quadro 11 – Rendimentos da Propriedade	22
Quadro 12 – Transferências Correntes	23
Quadro 13 – Venda de Bens e Serviços Correntes.....	24
Quadro 14 – Transferências de Capital.....	25
Quadro 15 – Despesa por classificação económica.....	29
Quadro 16 – Evolução e estrutura da despesa.....	30
Quadro 17 – Estrutura da Despesa Corrente.....	31
Quadro 18 – Estrutura da Despesa de Capital.....	32
Quadro 19 – Grau de Cobertura das Despesas.....	33
Quadro 20 – Grau de Financiamento do Investimento.....	34
Quadro 21 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético.....	37
Quadro 22 – Comparativo de Resultados.....	41
Quadro 23 – Estrutura dos Custos.....	42
Quadro 24 – Custos com o Pessoal.....	44
Quadro 25 – Estrutura dos Proveitos.....	46
Quadro 26 – Estrutura e Evolução dos Resultados.....	47
Quadro 27 – Indicadores de Liquidez.....	48
Quadro 28 – Estrutura e Evolução das Dívidas de Terceiros – Curto Prazo.....	50
Quadro 29 – Evolução do Endividamento.....	52
Quadro 30 – Limite de endividamento a 31 de dezembro de 2014.....	55

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

Em cumprimento do disposto na Lei, designadamente no n.º 13 – Relatório de Gestão, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2015, que procura ser clarificador quanto à origem das receitas e despesas do Município de Penalva do Castelo, bem como à sua situação económica e financeira, por forma a ser exercido o competente julgamento da atividade municipal pela Assembleia Municipal (Controlo Político), pela Direção Geral das Autarquias Locais – DGAL e Inspeção Geral de Finanças - IGF (Controlo Administrativo), pelo Tribunal de Contas (Controlo Jurisdicional) e pelos Eleitos, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (Controlo Social).

O Relatório de Gestão foi elaborado, à semelhança de anos anteriores, de modo a facultar uma leitura sobre os diferentes indicadores, designadamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia, evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase na análise, sob o ponto de vista da execução orçamental das receitas e despesas, relevando aspetos do investimento realizado e do endividamento da Autarquia e identificando os resultados operados no exercício bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

O presente Relatório de Gestão foi desenvolvido segundo duas óticas distintas:

- a ótica **orçamental**, onde são apresentados os níveis de execução do orçamento, numa perspetiva de caixa, efetuando uma análise a toda a receita arrecadada e despesa paga;
- a ótica **patrimonial**, onde se efetua uma análise pormenorizada dos principais documentos contabilísticos, designadamente o balanço e a demonstração de resultados. Estes documentos, além de sintetizarem a realidade económica e financeira de qualquer organização, evidenciam também a constituição do seu património, a formação de resultados e a movimentação dos recursos financeiros em determinado exercício económico.

Principais Resultados

Apesar do contexto económico ainda pouco favorável, o Município de Penalva do Castelo apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 94,69%, a maior taxa de execução registada pelo Município;
- Manutenção da capacidade de endividamento face à lei em vigor;
- A redução da dívida bancária em 216 967 euros;
- Prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) de 3 dias.

II – ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Prioridades

Em 2015, as prioridades do Município de Penalva do Castelo mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram em quatro grandes objetivos transversais ao município, que se passam a analisar na ótica da despesa paga.

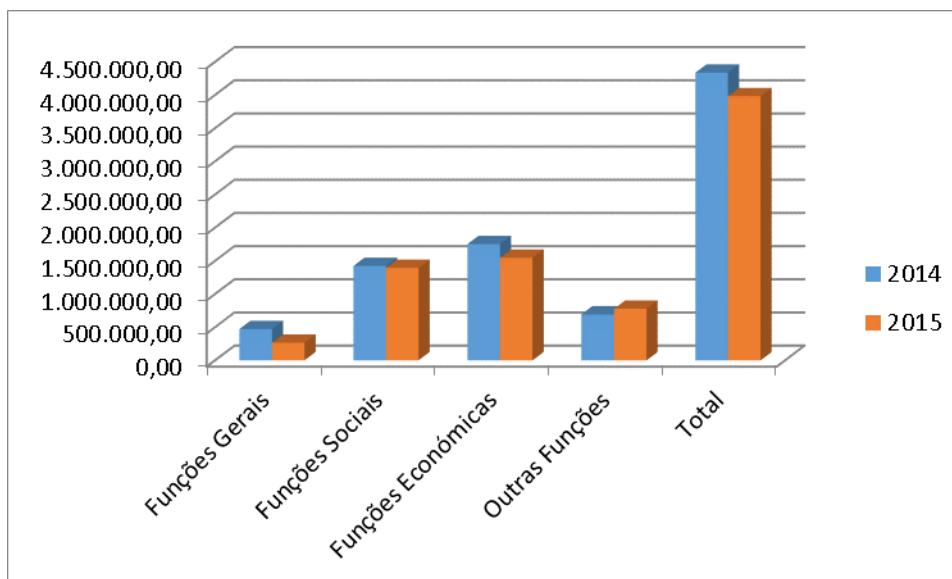
As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos, ações e subações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas das Atividades Mais Relevantes (AMR).

Quadro 1 – Estrutura, Execução e Evolução das GOP

Código Obj/Prog	Designação das rubricas	Execução 2014	2015			% em relação ao total das GOP	Variação 2014/2015
			Previsto	Executado	Nível Execução Anual		
1	Funções gerais	471.095,46	494.490,00	265.188,80	53,63	6,66	-43,71
1.111	Administração Geral	397.342,21	424.790,00	204.036,82	48,03	5,12	-48,65
1.121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	73.753,25	69.700,00	61.151,98	87,74	1,54	-17,09
2	Funções sociais	1.422.261,37	2.144.159,00	1.393.482,84	64,99	35,00	-2,02
2.211	Ensino não Superior	229.677,86	307.785,00	199.790,09	64,91	5,02	-13,01
2.212	Serviços Auxiliares de Ensino	254.818,41	233.960,00	218.003,08	93,18	5,48	-14,45
2.221	Serviços Individuais de Saúde	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.232	Ação Social	21.189,60	86.400,00	40.761,13	47,18	1,02	92,36
2.241	Habituação	4.943,12	5.000,00	1.230,32	24,61	0,03	-75,11
2.242	Ordenamento do Território	64.968,32	200.745,00	34.234,25	17,05	0,86	-47,31
2.243	Saneamento	129.051,16	260.800,00	93.309,76	35,78	2,34	-27,70
2.244	Abastecimento de Água	36.455,14	202.500,00	131.830,88	65,10	3,31	261,62
2.245	Resíduos Sólidos	214.615,55	220.110,00	216.740,14	98,47	5,44	0,99
2.246	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	126.605,66	145.324,00	81.718,93	56,23	2,05	-35,45
2.251	Cultura	149.105,14	168.165,00	112.614,75	66,97	2,83	-24,47
2.252	Desporto, Recreio e Lazer	176.539,82	291.270,00	258.249,51	88,66	6,49	46,28
2.253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	14.291,59	5.000,00	5.000,00	100,00	0,13	-65,01
3	Funções económicas	1.751.344,30	2.806.291,00	1.545.480,94	55,07	38,82	-11,75
3.310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca	124.136,00	149.050,00	113.316,29	76,03	2,85	100,00
3.320	Indústria e Energia	866.494,38	741.055,00	496.655,15	67,02	12,47	-42,68
3.330	Arruamentos	114.125,11	361.515,00	212.184,19	58,69	5,33	85,92
3.331	Vias e Caminhos Rurais	475.633,63	1.400.131,00	650.511,43	46,46	16,34	36,77
3.334	Sinalização	66.257,83	50.500,00	18.396,67	36,43	0,46	-72,23
3.335	Parques de Estacionamento	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3.341	Mercados e Feiras	52.040,96	62.740,00	32.487,00	51,78	0,82	-37,57
3.342	Turismo	25.255,57	16.100,00	961,86	5,97	0,00	100,00
3.350	Outras Funções Económica	27.400,82	23.200,00	20.968,35	90,38	0,53	-23,48
4	Outras funções	691.217,76	940.559,00	777.129,90	82,62	19,52	12,43
4.410	Operações da Dívida Autárquica	334.124,50	277.271,00	276.988,22	99,90	6,96	-17,10
4.420	Transferências Entre Administrações	357.093,26	663.288,00	500.141,68	75,40	12,56	40,06
TOTAL		4.335.918,89	6.385.499,00	3.981.282,48	62,35	100,00	-8,18

Com um total executado de 3 981 282,48 euros, que corresponde a uma taxa de execução de 62,35%, as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2015, registaram, face ao ano anterior, um decréscimo de 8,18%.

Figura 1 - Estrutura e Evolução das GOP



Análise das Atividades por Funções

Quanto à estrutura funcional, as despesas com as “**Funções económicas**” (38,82%) e as “**Funções sociais**” (35,00%), são aquelas que recolhem a maior fatia dos recursos disponibilizados, a que correspondem os montantes de 1 545 480,94 euros e 1 393 482,84 euros, respetivamente do total, em termos absolutos.

1. Funções Gerais

As Função Gerais, com um peso de 6,66% no total das GOP, abrangem, para além do funcionamento da máquina administrativa, no que concerne a investimentos, designadamente, equipamento informático e equipamento administrativo, gastos com a aquisição e grandes reparações em viaturas e máquinas e conservações e beneficiações de instalações de serviços, verificando-se um decréscimo de 43,71% face a 2014.

Δ No âmbito da Administração Geral, destacam-se as seguintes ações:

- Aquisição de software informático;
- Obras de beneficiação e conservação no edifício do antigo Ciclo Preparatório;
- Aquisição de uma máquina empilhadora;
- Aquisição de uma viatura comercial;

- Aquisição de veículo pesado;
- Conclusão das obras de beneficiação dos armazéns, garagens e oficinas (substituição do amianto existente na cobertura).

Δ No domínio da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios:

- Transferência de verbas para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Penalva do Castelo:
 - √ Protocolo tripartido, entre o Município, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e os Bombeiros Voluntários, relativo à “Equipa de Intervenção Permanente”;
 - √ Serviço de socorro noturno;
 - √ Aquisição de uma viatura de socorro ABSC.

2. Funções Sociais

O investimento em funções sociais mostra uma repartição de custos entre as áreas do “Ensino não Superior”, “Serviços Auxiliares de Ensino”, “Ação Social”, “Ordenamento do Território”, “Saneamento”, “Abastecimento de Água”, “Resíduos Sólidos”, “Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza”, “Cultura”, “Desporto Recreio e Lazer” e “Outras Atividades Cívicas e Religiosas”.

Δ Nas Funções Sociais, destacam-se os seguintes projetos e ações:

- No domínio do Ensino não Superior: a promoção de melhores condições em termos de infraestruturas, através da beneficiação e conservação das salas das escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância, designadamente através da substituição do amianto existente na cobertura; fornecimento de refeições às crianças; fornecimento de manuais escolares; organização de vários eventos e apoio a comemorações; continuidade do “Programa de generalização do ensino do Inglês e outras atividades de enriquecimento curricular”;
- No âmbito dos Serviços Auxiliares de Ensino: o apoio a alunos carenciados; transportes escolares; atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior; e programa “Fruta nas Escolas”;
- Na área da Ação Social: o apoio a famílias carenciadas para obras de conservação e beneficiação em habitações; apoio a Instituições de Ação Social para despesas de funcionamento e para investimentos; apoio à ACAPO, resultante do protocolo de cooperação entre o Município e aquela Instituição, tendo em vista a realização do projeto “Reintegrar – Apoio Itinerante à Cegueira Adquirida em Idade Tardia”;
- No âmbito do ordenamento do território, destaca-se a conclusão da revisão ao Plano Diretor Municipal (PDM), bem como a conclusão de obras em loteamentos, por conta do loteador,

designadamente o loteamento n.º 4/2006 – “Quinta do Ribeiro ou Quinta do Matadouro ou Ribeiro” e o loteamento n.º 1/2001 – “Quinta do Ribeiro”;

- Relativamente ao saneamento e abastecimento de água, foram realizadas obras de conservação e manutenção das redes de abastecimento, foi adquirido equipamento eletromecânico, e realizado o projeto técnico para construção da nova ETAR da Vila (Gôje);
- Quanto aos de resíduos sólidos urbanos, foi realizada a sua recolha e o respetivo tratamento pela Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (AMRPB) da qual o Município é associado;
- No âmbito da proteção do meio ambiente e conservação da natureza, registaram-se beneficiações em Parques e Jardins e a conclusão da limpeza das margens dos Rios Ludares, Côja, Dão e Carapito, no âmbito de duas candidaturas ao PRODER.

Δ Na área da Cultura, destaca-se:

- Aquisição de fundos bibliográficos para a Biblioteca Municipal;
- Apoio a diversas associações culturais, na promoção e realização de diversos eventos e para investimentos.

Δ Ao nível do Desporto, Recreio e Lazer, merece destaque:

- Conservação e beneficiação do pavilhão gimnodesportivo, designadamente na substituição do amianto existente na cobertura;
- Apoio a coletividades desportivas para dinamização e fomento do desporto, através da atribuição de subsídios, para além de iniciativas realizadas pelo Município, designadamente os Jogos Desportivos Concelhios;

Δ Nas outras atividades cívicas e religiosas, destaca-se o apoio a Fábricas de Igreja para beneficiação de diversas Igrejas e Capelas.

3. Funções Económicas

As Funções económicas representam 38,82% do total das Grandes Opções do Plano. Este agrupamento compreende, entre outras, as despesas com os programas: agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, indústria e energia, arruamentos, vias e caminhos rurais, mercados e feiras, turismo e outras funções económicas.

Δ No âmbito do programa Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, destaca-se:

- Conclusão da execução da “Rede primária de faixas de gestão de combustível do concelho de Penalva do Castelo” no âmbito de uma candidatura ao programa PRODER.

Δ No domínio da Indústria e energia, a destacar:

- Conclusão das infraestruturas da área de acolhimento empresarial de Esmolfe – Sezures;
- Ampliação e beneficiação da rede do concelho e pagamento da respetiva energia de iluminação pública;
- Implementação de medidas de eficiência energética na iluminação pública, através da substituição das atuais luminárias, por luminárias de tecnologia LED.

Δ Relativamente aos Arruamentos, destacamos:

- Execução de rotunda junto ao edifício sede da Banda Musical;
- Requalificação e beneficiação de arruamentos diversos na vila e nas diversas freguesias do concelho.

Δ No que concerne às Vias e Caminhos Rurais, foram efetuados os seguintes investimentos:

- Beneficiação e conservação em diversas estradas e caminhos;
- Estrada Lamegal – Ribeira;
- Pavimentação da estrada Sezures – Santa Clara;
- Estrada Sezures – Boco – Quinta da Ponte – Moradia;
- Conclusão da pavimentação da estrada Penalva do Castelo – Ponte de Santa Clara;

Δ Ao nível do programa Mercados e feiras, salientam-se:

- Vários eventos levados a cabo pelo Município, tendo em vista a promoção dos produtos locais, designadamente a “Feira/Festa do Pastor e do Queijo” e a “Feira da Maçã Bravo de Esmolfe”;

Δ No âmbito do programa turismo, destaca-se:

- Promoção turística do concelho em certames, com particular ênfase para a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL).

4. Outras Funções

Com um total de 777 129,90 euros, que corresponde a 19,52% do total das Grandes Opções do Plano, esta função comporta a “Operação da Dívida Autárquica” (amortização de empréstimos bancários), no montante de 276 988,22 euros, e as “Transferências entre Administrações”, na quantia de 500 141,68 euros, onde estão contempladas as verbas para as freguesias, transferidas ao abrigo de delegação legal nas Juntas de Freguesia de competências da Câmara Municipal e através de contratos interadministrativos e o apoio às freguesias através da assinatura de Contatos-Programa.

III – ANÁLISE FINANCEIRA

1. Análise Orçamental

Neste capítulo, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Penhalva do Castelo durante o exercício de 2015. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal numa ótica de fluxos de caixa ou de tesouraria, ou seja, de receita cobrada e despesa paga.

Os montantes são apreciados de forma agregada e global, por classificação económica, com especial atenção para a variação do peso da receita e da despesa na respetiva estrutura, e para a sua evolução.

1.1 Execução Global do Orçamento

O Orçamento Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal, previu a inscrição inicial da receita e uma dotação inicial da despesa do montante de 8 131 310,00 euros.

No decurso da sua execução, e nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL, o Orçamento Municipal para 2015 sofreu um conjunto de modificações que se traduziram em 19 alterações e 2 revisões orçamentais, advindo desse facto uma previsão final da receita e da despesa de 10 018 849,00 euros.

A receita total arrecadada no exercício de 2015 ascendeu a 9 486 914,08 euros, apresentando uma taxa de execução de 94,69%, dos quais 6 503 346,18 euros correspondem a receita corrente (95,69% de taxa de execução), 690 439,05 euros a receita de capital (73,24% de taxa de execução), 21 116,90 euros de reposições não abatidas aos pagamentos e 2 272 011,95 euros a outras receitas (saldo da gerência anterior).

A despesa paga atingiu o montante de 7 113 981,50 euros, apresentando um nível de execução de 71,01%, relativamente ao orçamento final. Foram executadas 86,05% das despesas correntes orçadas, no valor de 4 591 184,48 euros, e 53,87% de despesas de capital a que corresponde o montante de 2 522 797,02 euros em termos absolutos.

Quadro 2 – Resumo Execução Orçamental 2015

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa Execução %
	Inicial (a)	Final (b)		(b)-(a)	(c)-(b)	
Receitas						
Correntes	6.805.264,00	6.795.956,00	6.503.346,18	-9.308,00	-292.609,82	95,69
Capital	1.326.046,00	942.737,00	690.439,05	-383.309,00	-252.297,95	73,24
Reposições n/ abatidas pagamentos	0,00	8.144,05	21.116,90	8.144,05	12.972,85	259,29
Outras Receitas	0,00	2.272.011,95	2.272.011,95	2.272.011,95	0,00	100,00
Total Receitas	8.131.310,00	10.018.849,00	9.486.914,08	1.887.539,00	-531.934,92	94,69
Despesas						
Correntes	4.759.835,00	5.335.723,00	4.591.184,48	575.888,00	-744.538,52	86,05
Capital	3.371.475,00	4.683.126,00	2.522.797,02	1.311.651,00	-2.160.328,98	53,87
Total Despesas	8.131.310,00	10.018.849,00	7.113.981,50	1.887.539,00	-2.904.867,50	71,01

2. Equilíbrio Orçamental

O artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI)¹, sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, estabelece que os orçamentos das entidades do setor local prevejam as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sem prejuízo da receita corrente bruta cobrada dever ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para efeitos da aplicação deste normativo legal, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. No caso de empréstimos já existentes, aquando da entrada em vigor da referida lei (1 de janeiro de 2014), considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida, àquela data, pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

Refira-se que o cumprimento da referida regra do equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Quadro 3 – Empréstimos existentes a 1 de janeiro de 2014

N.º Conta do Empréstimo	Datas			Prazo vencimento do contrato (anos)	N.º anos em 1/jan/2014		Capital		Encargos de 2013		Capital em dívida em 2013		Amortização Média do Empréstimo
	Aprovação pela AM	Celebração do contrato	Tribunal Contas (visto)		Decorridos	Remanescentes	Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Início do Ano	Final do ano	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13) = (12)-(10)	(14) = (13)/(7)
231211201	24-04-1996	30-07-1996	09-07-1996	26	17	9	410.934,65	344.624,46	16.366,89	1.383,82	186.986,26	170.619,37	18.957,71
231211205	31-07-2001	10-10-2001		20	12	8	186.779,63	186.779,63	11.466,40	406,69	104.855,78	93.389,38	11.673,67
231211206	31-07-2001	10-10-2001		20	12	8	872.242,89	872.242,89	58.319,84	4.234,28	542.034,31	483.714,47	60.464,31
231211106	10-10-2003	29-10-2003	22-01-2004	20	10	10	325.525,00	325.525,00	19.777,48	2.590,18	230.498,36	210.720,88	21.072,09
231211107	28-04-2004	29-06-2004	25-08-2004	20	9	11	527.867,00	461.267,00	28.001,93	2.474,50	335.094,25	307.092,32	27.917,48
231211108	29-06-2005	06-06-2005	07-10-2005	20	8	12	579.817,00	541.925,00	32.386,05	2.106,58	417.035,33	384.649,28	32.054,11
231214101	09-11-2006	11-01-2007	15-02-2007	20	5	15	812.730,00	800.000,00	45.719,86	3.089,39	778.397,34	732.677,48	48.845,17
TOTAL							3.715.896,17	3.532.363,98	212.038,45	16.285,44	2.594.901,63	2.382.863,18	220.984,53

O Quadro 3 indica-nos o montante da amortização média de cada empréstimo, a considerar para efeitos da aferição do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, ao nível da execução orçamental do ano de 2015, cifrando-se o seu saldo global em 220 984,53 euros.

¹ Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

2.1 Cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental

Como referido no ponto anterior e de acordo com o previsto no RFALEI, o equilíbrio orçamental deve ser assegurado na elaboração, nas modificações e na execução do orçamento.

Quadro 4 – Cumprimento do equilíbrio orçamental

Descrição	Execução orçamento de 2015
A - Receita corrente bruta cobrada	6.503.378,29
B - Despesa corrente	4.591.184,48
C - Saldo corrente [(A) - (B)]	1.912.193,81
D - Amortização média dos EMLP	220.984,53
E - Diferença [(C) - (D)]	1.691.209,28

Pela análise ao quadro 4 e considerando a execução orçamental de 2015, conclui-se que o Município de Penalva do Castelo cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, pois a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo (EMLP), libertando verbas do montante de 1 691 209,28 euros para despesas de investimento.

3. Análise da Receita

A inscrição orçamental e contabilística da receita municipal obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita é ainda classificada em capítulos.

Definição de conceitos utilizados

Com o objetivo de clarificar os conceitos utilizados, apresenta-se, em seguida, uma breve definição dos principais conceitos, que têm por base as contas de classificação económica previstas no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, adaptado às autarquias locais pelo SATAPOCAL².

Assim, ao nível das *receitas correntes*, ou seja, aquelas que aumentam o ativo financeiro ou reduzem o património não duradouro, a sua cobrança repete-se todos os anos e dada a necessidade da sua utilização, são considerados os seguintes agrupamentos:

Δ Impostos diretos

Esta rubrica inclui o produto dos seguintes impostos, cuja cobrança reverte na íntegra para os municípios:

- Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Imposto Único de Circulação;
- Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis;
- Impostos Abolidos.

Δ Impostos indiretos

Engloba as receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, compra ou utilização de bens e serviços.

De acordo com a natureza da receita, destaca-se, ao nível dos impostos indiretos, o produto de taxas e de serviços gerais pagos por empresas, designadamente:

- Atividades em mercados e feiras;
- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;
- Publicidade;
- Saneamento;
- TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
- TDFTH – Taxa de Depósito Ficha Técnica de Habitação;
- Outros.

² O SATAPOCAL foi criado pelo Despacho n.º 4839/99, de 22 de fevereiro, do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no D.R. n.º 57, II Série, de 9 de março, e aditado pelo Despacho n.º 19942/99, de 28 de setembro, publicado no D.R. n.º 245, II Série, de 20 de outubro, com o objetivo de salvaguardar a uniformidade interpretativa das questões suscitadas pelas autarquias locais, propondo notas técnicas e propostas de modificações legislativas, em articulação com as orientações da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.

Δ Taxas, multas e outras penalidades

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Δ Taxas;

Δ Multas e outras penalidades.

No grupo das “Taxas” incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida pela emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. As taxas compreendem designadamente:

- Mercados e feiras;
- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;
- Caça, uso e porte de arma;
- Saneamento;
- TDFTH – Taxa de Depósito de Ficha Técnica de Habitação;
- Outras.

No grupo das “Multas e outras penalidades” englobam-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

Δ Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros). Nesta rubrica destaca-se a renda paga pela EDP relativa à concessão de exploração de energia em baixa tensão.

Δ Venda de bens e serviços correntes

Δ Venda de bens

Neste capítulo, incluem-se, na generalidade, as receitas resultantes da venda de bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento.

Δ Venda de serviços

Esta rubrica abrange as receitas provenientes da venda de serviços prestados pela autarquia a terceiros, designadamente as provenientes de:

- Alimentação e alojamento (produto da receita proveniente dos serviços de alimentação às crianças do pré-escolar e 1.º CEB);
- Serviços desportivos (receita proveniente da Piscina Municipal e Pavilhão Gimnodesportivo);
- Saneamento;
- Resíduos sólidos;
- Trabalhos por conta de particulares;
- Cemitérios;
- Mercados e feiras;
- Outros.

Δ Transferências correntes

Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Esta rubrica compreende as receitas arrecadadas para financiar despesas correntes municipais, quer provenham do Orçamento do Estado (OE), sob a forma de participação dos municípios nos Impostos do Estado, consubstanciada nos Fundos de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal e Participação variável no IRS, quer as processadas por outras transferências da Administração Central, como sejam as relativas à compensação de encargos municipais relativos ao transporte de alunos, assim como as provenientes da União Europeia ou de outras entidades.

Δ Receitas de capital

No âmbito das receitas de capital, isto é, as que aumentam o ativo e o passivo financeiros ou reduzem o património duradouro, consideram-se os seguintes capítulos:

Δ Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na sua aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento. Neste capítulo, consideram-se as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se em quatro grupos:

- 09.01 – Terrenos;
- 09.02 – Habitações;
- 09.03 – Edifícios;
- 09.04 – Outros bens de investimento.

Δ Transferências de capital

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Neste capítulo, incluem-se as receitas provenientes do Orçamento do Estado transferidas como participação do Município nos Impostos do Estado, consubstanciadas no FEF, ou ao abrigo da cooperação técnica e financeira entre a Administração Central e Local, bem como as provenientes de candidaturas aprovadas no âmbito dos Fundos Comunitários, para além de outras transferências de capital proveniente de outras entidades.

Δ Passivos financeiros

Como “passivos financeiros” consideram-se as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazo.

3.1 Execução Orçamental da Receita

A receita total arrecadada no exercício de 2015 ascendeu a 9 486 914,08 euros, dos quais 6 503 346,18 euros correspondem a receita corrente, 690 439,05 euros a receita de capital e 2 293 128,85 euros a outras receitas.

A receita global cobrada atingiu uma taxa de execução na ordem dos 94,69%, a maior taxa de execução da receita registada pelo Município desde a vigência do POCAL, registando uma melhoria de 6,72% face ao ano de 2014, o que denota um maior rigor e uma franca melhoria nas práticas de elaboração do orçamento.

Quadro – 5 – Evolução do orçamento da receita e sua execução

Orçamento	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Global	14.536.574,00	13.861.512,00	13.675.073,00	11.361.627,00	10.018.849,00
Execução	8.578.730,48	9.420.909,23	10.447.811,31	9.994.638,08	9.486.914,08
%	59,01	67,96	76,40	87,97	94,69

De referir que a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, introduziu um sistema de alerta precoce de desvios: quando a taxa de execução da receita prevista no orçamento fica abaixo dos 85%, em dois anos seguidos, são informados o Ministro das Finanças, o Secretário de Estado da Administração Local, bem como o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

Em termos de receita corrente, o seu grau de execução foi de 95,69%. O ligeiro desvio registado resulta da diminuição da receita cobrada, face à receita orçada, em transferências correntes, na venda de bens e serviços correntes e nas outras receitas correntes, compensadas pelos restantes capítulos das receitas correntes que atingiram uma grau de execução superior aos 100%, com particular ênfase para os impostos diretos que registam um desvio positivo na ordem dos 20 495,19 euros (+ 2,69%).

Quadro 6 – Receita orçada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada (1)	Cobrada (2)	Desvio (3) = (2) - (1)	Taxa Execução 4=2/1
Impostos Diretos	761.966,00	782.461,19	20.495,19	102,69
Impostos Indiretos	16.321,00	11.393,12	-4.927,88	69,81
Taxas, Multas e Outras Penalidades	98.026,00	116.875,74	18.849,74	119,23
Rendimentos de Propriedade	247.250,00	248.492,40	1.242,40	100,50
Transferências Correntes	5.065.538,00	4.828.536,25	-237.001,75	95,32
Venda de Bens e Serviços Correntes	563.401,00	511.039,38	-52.361,62	90,71
Outras Receitas Correntes	43.454,00	4.548,10	-38.905,90	10,47
Receitas Correntes	6.795.956,00	6.503.346,18	-292.609,82	95,69
Venda de Bens de Investimento	25.760,00	0,00	-25.760,00	0,00
Transferências de Capital	916.447,00	672.651,53	-243.795,47	73,40
Ativos financeiros	30,00	0,00	-30,00	0,00
Passivos Financeiros	200,00	0,00	-200,00	0,00
Outras receitas de capital	300,00	17.787,52	17.487,52	5929,17
Receitas de capital	942.737,00	690.439,05	-252.297,95	73,24
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	8.144,05	21.116,90	12.972,85	259,29
Saldo da Gerência Anterior	2.272.011,95	2.272.011,95	0,00	100,00
Total	10.018.849,00	9.486.914,08	-531.934,92	94,69

A receita de capital ficou aquém do previsto em 252 297,95 euros, como resultado da impossibilidade de gerar a receita prevista no capítulo “Venda de bens de investimento” (-100,00%) e nas “Transferências de capital” (- 40,84%) que se prendem com transferências de fundos comunitários relativos a projetos financiados no âmbito do QREN, em fase final de execução física e financeira, bem como ao atraso na aplicação dos fundos comunitários relativos ao Portugal 2020.

3.1.1 Evolução e Estrutura da Receita

No ano de 2015 a receita cobrada líquida diminuiu 507 724,00 euros (- 5,08%), face ao ano de 2014, que se deve ao menor desempenho da receita corrente (- 264 896,64 euros), nomeadamente das transferências correntes e da venda de bens e serviços correntes, da receita de capital (- 250 234,59 euros), designadamente das decorrentes de transferências de capital e da venda de bens de investimento e do saldo da gerência anterior (- 13 709,67 euros).

Quadro 7 - Evolução e estrutura da receita global cobrada

Designação da Rubrica	2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos Diretos	766.497,21	7,67	782.461,19	8,25	15.963,98	2,08
Impostos Indiretos	18.214,42	0,18	11.393,12	0,12	-6.821,30	-37,45
Taxas, Multas e Outras Penalidades	100.883,92	1,01	116.875,74	1,23	15.991,82	15,85
Rendimentos de Propriedade	240.933,47	2,41	248.492,40	2,62	7.558,93	3,14
Transferências Correntes	5.070.264,57	50,73	4.828.536,25	50,90	-241.728,32	-4,77
Venda de Bens e Serviços Correntes	566.096,25	5,66	511.039,38	5,39	-55.056,87	-9,73
Outras Receitas Correntes	5.352,98	0,05	4.548,10	0,05	-804,88	-15,04
Receitas Correntes	6.768.242,82	67,72	6.503.346,18	68,55	-264.896,64	-3,91
Venda de Bens de Investimentos	60.885,00	0,61	0,00	0,00	-60.885,00	-100,00
Transferências de Capital	879.005,96	8,79	672.651,53	7,09	-206.354,43	-23,48
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	782,68	0,01	17.787,52	0,19	17.004,84	2.172,64
Receitas de Capital	940.673,64	9,41	690.439,05	7,28	-250.234,59	-26,60
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	21.116,90	0,22	21.116,90	100,00
Saldo da gerência anterior	2.285.721,62	22,87	2.272.011,95	23,95	-13.709,67	-0,60
Total das Receitas	9.994.638,08	100,00	9.486.914,08	100,00	-507.724,00	-5,08

Numa análise global, sobre a estrutura da receita, importa referir o peso elevado das transferências correntes e de capital, que, tal como em anos anteriores, constituem a maior fatia das receitas do Município, representando cerca de 57,99% do seu total, evidenciando uma grande dependência financeira do Orçamento Municipal relativamente a este tipo de receitas, o que permite concluir que o Município não é independente financeiramente. A independência financeira é aferida através do rácio que relaciona as receitas próprias³ com as receitas totais e, por isso, considera-se que existirá independência financeira⁴ se as receitas próprias representarem, pelo menos, 50% das receitas totais.

³ Receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

⁴ Conceito que não deve ser confundido com o de autonomia financeira, referido no art.º 6.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013). Autonomia financeira refere-se ao princípio de que os municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

3.1.1.1 Receita Corrente

A receita corrente representa 68,55% da receita arrecadada, registando um decréscimo de 3,91%, relativamente a 2014 (- 264 896,64 euros), para o qual contribuiu as transferências correntes e a venda de bens e serviços correntes.

Os “**Impostos Diretos**” totalizam o montante de 782 461,19 euros, aumentaram 2,08%, face a 2014 (+ 15 963,98 euros), em resultado do aumento da generalidade das rubricas, com exceção da redução da receita proveniente do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Quadro 8 – Impostos Diretos

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Imposto municipal sobre imóveis	527.756,14	555.523,42	27.767,28	5,26
Imposto único de circulação	142.668,53	142.803,76	135,23	0,09
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	96.072,54	84.134,01	-11.938,53	-12,43
Derrama	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos abolidos:			0,00	
Contribuição autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal de sisa	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	766.497,21	782.461,19	15.963,98	2,08

Os “**Impostos Indiretos**” (taxas pagas pelas empresas) apresentam uma cobrança líquida de 11 393,12 euros representando um decréscimo de 37,45% face a 2014, com relevo para o desempenho da rubrica “Loteamento e obras” (- 8 870,47 euros).

Quadro 9 – Impostos Indiretos

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Mercados e feiras	0,00	73,76	73,76	100,00
Loteamentos e obras	11.060,32	2.189,85	-8.870,47	-80,20
Ocupação da via pública	0,00	223,44	223,44	100,00
Publicidade	9,98	0,00	-9,98	-100,00
Saneamento	5.060,88	6.437,73	1.376,85	27,21
Utilização da rede viária municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa municipal de direitos de passagem	1.232,59	1.562,75	330,16	26,79
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	0,00	9,88	9,88	100,00
Outros	850,65	895,71	45,06	5,30
Total	18.214,42	11.393,12	-6.821,30	-37,45

As “**Taxas, Multas e Outras Penalidades**” traduzem na generalidade as operações com os particulares e registam uma evolução positiva de cerca de 15,85% face a 2014 (+ 15 991,82 euros).

Quadro 10 – Taxas, Multas e Outras Penalidades

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Mercados e feiras	0,00	476,20	476,20	100,00
Loteamentos e obras	15.119,37	14.367,20	-752,17	-4,97
Ocupação da via pública	1.248,03	155,64	-1.092,39	-87,53
Canídeos	0,00	0,00	0,00	0,00
Caça, uso e porte de arma	132,44	78,94	-53,50	-40,40
Saneamento	71.269,38	90.161,22	18.891,84	26,51
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	385,32	140,79	-244,53	-63,46
Taxa pela emissão do certificado de registo	67,50	60,00	-7,50	100,00
Outras	5.788,44	3.944,67	-1.843,77	-31,85
Juros de mora	3.794,23	3.597,63	-196,60	-5,18
Juros compensatórios	730,41	2.543,45	1.813,04	248,22
Coimas e penalidades por contra - ordenações	2.348,80	1.350,00	-998,80	-42,52
Multas e penalidades diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100.883,92	116.875,74	15.991,82	15,85

Os “**Rendimentos da Propriedade**” totalizam 248 492,40 euros, registam um acréscimo de 3,14% face ao exercício de 2014, explicado pelo melhor desempenho da parcela “Bancos e outras instituições financeiras”, onde são contabilizados os juros de depósitos bancários (+ 9 565,57 euros). Os rendimentos provenientes dos “Bens de domínio público”, onde são contabilizadas as receitas proveniente da concessão de terrenos no cemitério municipal cresceram 26,95% (+ 1 979,30 euros). Por sua vez, a renda de concessão de energia elétrica em BT, paga trimestralmente pela EDP, classificada no artigo “**Outros**”, concorre com 194 586,88 euros para este capítulo da receita, denotando uma ligeira oscilação negativa na ordem dos 0,55% % face ao ano anterior (- 1 069,68 euros).

Quadro 11 – Rendimentos da Propriedade

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Juros- Sociedades Financeiras				
Bancos e outras instituições financeiras	32.904,00	42.469,57	9.565,57	29,07
Rendas				
Edifícios	3.050,04	3.050,04	0,00	0,00
Bens de domínio público	9.322,87	8.385,91	-936,96	-10,05
Outros	195.656,56	194.586,88	-1.069,68	-0,55
Total	240.933,47	248.492,40	7.558,93	3,14

As “**Transferências Correntes**” constituem a principal componente das receitas correntes do Município, contribuindo com um peso relativo de 50,90% para o total das receitas arrecadadas no ano de 2015. O valor deste capítulo da receita, que atingiu o montante de 4 828 536,25 euros, sofreu um decréscimo de 4,77% face a 2014 (- 241 728,32 euros).

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado decorrentes da aplicação da Lei das Finanças Locais, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, que cresceram 4,61% (+ 220 101,00 euros) face a 2014.

As outras transferências do Estado ao abrigo de Protocolos de Cooperação, assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) no âmbito da Educação Pré - Escolar e para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular, com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, para funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e com o Ministério da Agricultura para funcionamento do Gabinete Técnico Florestal municipal, decresceram cerca de 56,58% (- 166 199,79 euros).

Das transferências previstas de fundos comunitário, apenas regista valor o FEADER (20 913,67 euros) decorrente da execução de projetos aprovados no âmbito do PRODER, designadamente: “Rede primária de gestão de combustível do concelho de Penalva do Castelo”, “Galerias ripícolas dos rios Dão, Carapito e Côja e Ludares”.

No que respeita aos contratos com a Segurança Social, classificados na rubrica orçamental “Serviços e fundos autónomos – subsistema de proteção à família de políticas de emprego e formação profissional (IEFP)”, decorrentes da aprovação de candidaturas ao abrigo da Medida Contrato Emprego – Inserção e Programa Estágios Emprego, regista o montante de 109 920,53 euros, denotando um decréscimo de 60,16% (- 166 015,02 euros) devido ao termo de diversos contratos CEI e CEI+ e a inexistência de Estágios Profissionais no decurso do presente exercício, por força da lei que impede as autarquias de se candidatarem à presente medida.

Quadro 12 – Transferências Correntes

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Bancos e outras instituições financeiras	0,00	200,00	200,00	100,00
Companhias de seguros e fundos de pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.141.751,00	4.323.013,00	181.262,00	4,38
Fundo Social Municipal	135.702,00	173.726,00	38.024,00	28,02
Participação fixa no IRS	45.554,00	26.229,00	-19.325,00	-42,42
Outras	293.722,96	127.523,17	-166.199,79	-56,58
FEDER	0,00	0,00	0,00	0,00
FSE	66.067,95	0,00	-66.067,95	-100,00
FEADER	75.674,27	20.913,67	-54.760,60	-72,36
Serviços e fundos autónomos	18.281,64	41.872,78	23.591,14	129,04
Serv. Fund. Autónó.-Subsist. Prot. Famil. polit .act. EFP	275.935,55	109.920,53	-166.015,02	-60,16
Administração local - Continente	17.575,20	5.138,10	-12.437,10	100,00
Total	5.070.264,57	4.828.536,25	-241.728,32	-4,77

A “**Venda de Bens e Serviços Correntes**”, que abrange as receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes prestados pelo Município a terceiros, ascendem a 511 039,38 euros e registam um decréscimo de cerca de 9,73% face a 2014 (- 55 056,87 euros), que se deve, em grande escala, ao ajustamento dos tarifários de abastecimento de água e saneamento levado a cabo em 2015.

Quadro 13 – Venda de Bens e Serviços Correntes

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Aquisição de bens				
Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00
Publicações e impressos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fardamentos e artigos pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos agrícolas e pecuários	246,45	166,42	-80,03	-32,47
Produtos alimentares e bebidas	0,00	0,00	0,00	100,00
Mercadorias - água	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias - artigos desportivos	55,78	27,09	-28,69	-51,43
Mercadorias - outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias de consumo	0,00	0,00	0,00	100,00
Sucata	0,00	3.912,83	3.912,83	100,00
Outros	0,00	75,04	75,04	100,00
Produtos acabados e intermédios - inertes	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios - água	158.765,15	147.903,83	-10.861,32	-6,84
Produtos acabados e intermédios - outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços				
Aluguer de espaços e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistorias e ensaios	492,00	1.722,00	1.230,00	250,00
Alimentação e alojamento	26.065,27	26.184,37	119,10	0,46
Serviços sociais	6.985,46	7.692,13	706,67	10,12
Serviços recreativos - turismo sénior	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços recreativos - outros	176,01	113,67	-62,34	100,00
Serviços culturais - turismo sénior	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços culturais - outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços desportivos	38.711,59	36.415,86	-2.295,73	-5,93
Saneamento	864,02	681,58	-182,44	-21,12
Resíduos sólidos	169.674,80	146.265,08	-23.409,72	-13,80
Transportes escolares	8.014,28	624,99	-7.389,29	-92,20
Transportes de pessoas e mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos por conta de particulares	11.823,52	10.977,15	-846,37	-7,16
Cemitérios	2.322,27	3.134,61	812,34	34,98
Mercados e feiras	46.536,97	38.454,95	-8.082,02	-17,37
Parques de estacionamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Parques de campismo	0,00	0,00	0,00	-100,00
Canídeos	0,00	155,72	155,72	0,00
Outros	60.930,58	59.319,64	-1.610,94	-2,64
Encargos de cobrança de receitas	1,71	1,52	-0,19	0,00
Outros	15.536,69	9.776,35	-5.760,34	-37,08
Rendas			0,00	
Habitacões	18.893,70	17.434,55	-1.459,15	-7,72
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	566.096,25	511.039,38	-55.056,87	-9,73

3.1.1.2 Receita de Capital

As receitas de capital registaram, em 2015, um decréscimo de 26,60% (- 250 234,59 euros) face a 2014, em resultado da impossibilidade de gerar receitas na venda de bens de investimento, em virtude da conjuntura económica desfavorável e da diminuição das receitas provenientes das transferências de capital, designadamente das provenientes de fundos comunitários.

Quadro 14 – Transferências de Capital

Descritivo	Anos		Variação	
	2014	2015	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	460.195,00	480.335,00	20.140,00	4,38
Cooperação Técnica e Financeira	1.131,00	4.423,00	3.292,00	291,07
Outras	12.067,10	0,00	-12.067,10	-100,00
FEDER	349.147,32	178.356,02	-170.791,30	-48,92
FEADER	43.241,37	9.537,51	-33.703,86	-77,94
Administração local	8.279,84	0,00	-8.279,84	100,00
Famílias	4.944,33	0,00	-4.944,33	
Total	879.005,96	672.651,53	-206.354,43	-23,48

3.2 Execução Orçamental da Despesa

A taxonomia das despesas públicas para todo o setor da Administração está definida no classificador económico das despesas (Decreto – Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados.

Definição de conceitos utilizados

Tal como para a receita, apresenta-se, de seguida, uma breve definição dos principais conceitos da despesa.

Δ Despesas correntes

São as despesas que afetam o património não duradouro ou que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente de natureza fungível, coincidindo, na maioria das situações, com as despesas de funcionamento (representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade municipal). São considerados os seguintes agrupamentos:

Δ Pessoal

As despesas com pessoal englobam todas as espécies de remunerações principais, abonos acessórios e compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia aos trabalhadores que exercem funções públicas.

Compreende também as despesas que a autarquia, como entidade patronal, suporta com os sistemas de segurança social dos seus trabalhadores.

Consideram-se “remunerações principais” aquelas que são pagas como forma principal de rendimento dos trabalhadores que exercem funções públicas, de que são exemplos, entre outras: vencimentos, salários, gratificações certas e pensões. Por “abonos acessórios” entende-se, de um modo geral, os que são atribuídos como contrapartida de certa situação de esforço ou responsabilidade, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo, etc.

Δ Aquisição de bens e serviços

Δ Aquisição de bens

Compreende as despesas com a aquisição de bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, bem como aqueles que em regra tenham, pelo menos, um ano de duração, mas que não contribuem para a formação de capital fixo.

Δ Aquisição de serviços

Inclui as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos das instalações, transportes e comunicações, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos de cobrança de receitas e outros serviços.

Δ Transferências correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Incluem as transferências para as freguesias e para outras entidades.

Δ Encargos correntes da dívida

Esta rubrica é constituída pelas despesas referentes ao pagamento de juros provenientes da contratação de empréstimos bancários.

Δ Outras despesas correntes

Trata-se de uma rubrica residual, que abrange todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas.

Δ Despesas de capital

São aquelas que implicam alterações no património duradouro e que originam ou contribuem para a obtenção de bens que se mantêm no decurso do processo produtivo, sofrendo algum desgaste na medida da sua utilização. Revelando-se produtoras de rendimentos ou serviços, delas poderá resultar não só um acréscimo de rendimentos, como um aumento de bem-estar social. Consideramos os seguintes agregados:

Δ Aquisição de bens de investimento

Classificam-se nesta rubrica as despesas com a aquisição (e também as grandes reparações) dos bens que contribuam para a formação de “*capital fixo*”, isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, equipamentos, material de transporte, edifícios, outras construções, etc.)

Trata-se de aquisições ou produção de bens duradouros e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado inclui as despesas relativas a:

- Terrenos;
- Habitações;
- Instalações de serviços;
- Instalações desportivas e recreativas;
- Escolas;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares;
- Sistemas de drenagem de águas residuais;
- Estações de tratamento de águas residuais;
- Iluminação pública;
- Parques e jardins;
- Captação e distribuição de água;

- Viação rural;
- Material de transporte;
- Outros.

Δ Transferências de capital

Tal como nas transferências correntes, as transferências de capital incluem as importâncias do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital do destinatário.

Estas despesas são também identificadas na presente análise como investimento indireto, na medida em que se reportam a investimentos realizados por outras entidades, designadamente freguesias e associações desportivas, recreativas, culturais ou de ação social, na sequência de despesas municipais processadas por transferências de capital.

Δ Passivos financeiros

Este agrupamento económico compreende as operações financeiras destinadas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

Δ Outras despesas de capital

Enquadram-se, nesta rubrica de natureza residual, as despesas de capital não consideradas nas restantes rubricas.

Quadro 15 – Despesa por classificação económica

Designação	Orçada (1)	Comprometida (2)	Realizada (3)	Paga (4)	Desvio (5) (4)-(1)	Taxa Execução (%)	Realizada e não paga (6) (3)-(4)
Despesas com pessoal	2.028.912,00	1.920.559,14	1.920.559,14	1.920.559,14	-108.352,86	94,66	0,00
Aquisição de bens e serviços	2.090.916,00	1.791.628,28	1.663.176,76	1.641.589,22	-449.326,78	78,51	21.587,54
Juros e outros encargos	13.600,00	8.897,01	8.897,01	8.897,01	-4.702,99	65,42	0,00
Transferências correntes	1.013.790,00	891.195,68	875.804,29	875.432,56	-138.357,44	86,35	371,73
Subsídios	70,00	0,00	0,00	0,00	-70,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	188.435,00	145.636,43	144.706,55	144.706,55	-43.728,45	76,79	0,00
Despesas correntes	5.335.723,00	4.757.916,54	4.613.143,75	4.591.184,48	-744.538,52	86,05	21.959,27
Aquisição de bens de capital	3.669.951,00	2.022.362,03	1.724.049,82	1.718.432,96	-1.951.518,04	46,82	5.616,86
Transferências de capital	735.800,00	615.747,39	531.075,84	527.375,84	-208.424,16	71,67	3.700,00
Ativos financeiros	60.125,00	60.021,00	60.021,00	60.021,00	-104,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	217.250,00	216.967,22	216.967,22	216.967,22	-282,78	99,87	0,00
Despesas de capital	4.683.126,00	2.915.097,64	2.532.113,88	2.522.797,02	-2.160.328,98	53,87	9.316,86
Total Despesas	10.018.849,00	7.673.014,18	7.145.257,63	7.113.981,50	-2.904.867,50	71,01	31.276,13

A despesa paga, no exercício de 2015, atingiu o montante de 7 113 981,50 euros a que corresponde um grau de execução de 71,01%, verificando-se que 4 591 184,48 euros correspondem a despesas correntes e uma taxa de execução de 86,05% e 2 522 797,02 euros a despesas de capital com uma taxa de execução de 53,87%.

As despesas pagas ficaram aquém das previstas em 2 904 867,50 euros, dos quais 744 538,52 euros se referem ao diferencial de despesas correntes e 2 160 328,98 euros a despesas de capital.

Relativamente à dívida a transitar para 2016, do montante de 31 276,13 euros, corresponde, na generalidade, a faturas datadas dos últimos dias do mês de dezembro e recebidas nos Serviços Financeiros no decurso do novo ano económico, em janeiro de 2016, e já pagas.

Nas despesas correntes são as despesas com o pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços aquelas que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado.

Nas despesas de capital os desvios mais significativos, entre a despesa prevista e paga, são registados no agrupamento de aquisição de bens de capital, no montante de 1 951 518,04 euros.

3.2.1 Evolução e Estrutura da Despesa

Neste ponto são analisadas as despesas do Município, do ano de 2015, procedendo-se à sua caracterização e apreciação quanto à respetiva estrutura e ao nível de execução, atendendo à sua evolução e variação.

Quadro 16 – Evolução e estrutura da despesa

Descritivo	Anos				Variação	
	2014	%	2015	%	Valor	%
Despesas com o pessoal	2.250.644,36	29,13	1.920.559,14	27,00	-330.085,22	-14,67
Aquisição de bens e serviços	2.032.761,15	26,31	1.641.589,22	23,08	-391.171,93	-19,24
Juros e outros encargos	15.696,15	0,20	8.897,01	0,13	-6.799,14	-43,32
Transferências correntes	529.702,99	6,86	875.432,56	12,31	345.729,57	65,27
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	71.434,93	0,92	144.706,55	2,03	73.271,62	102,57
Despesas correntes	4.900.239,58	63,42	4.591.184,48	64,54	-309.055,10	-6,31
Aquisição de bens de capital	2.097.813,95	27,15	1.718.432,96	24,16	-379.380,99	-18,08
Transferências de capital	394.762,55	5,11	527.375,84	7,41	132.613,29	33,59
Ativos financeiros	0,00	0,00	60.021,00	0,84	60.021,00	100,00
Passivos financeiros	334.124,50	4,32	216.967,22	3,05	-117.157,28	-35,06
Despesas de capital	2.826.701,00	36,58	2.522.797,02	35,46	-303.903,98	-10,75
Total das Despesas	7.726.940,58	100,00	7.113.981,50	100,00	-612.959,08	-7,93

A despesa paga, no exercício de 2015, sofreu um decréscimo de 7,93% (- 612 959,08 euros) face ao ano anterior, atingindo o montante de 7 113 981,50 euros, verificando-se que 4 591 184,48 euros correspondem a despesas correntes, representando 64,54% do total, e 2 522 797,02 euros a despesas de capital, representando 35,46% na mesma estrutura.

3.2.1.1 Despesa Corrente

A despesa corrente, no exercício de 2015, ascendeu a 4 591 184,48 euros, registando um decréscimo de 6,31% face a 2014 (- 309 055,10 euros).

Quadro 17 - Estrutura da Despesa Corrente⁵

Descritivo	Anos				Variação	
	2014	%	2015	%	Valor	%
Despesas correntes						
Despesas com o pessoal	2.250.644,36	45,93	1.920.559,14	41,83	-330.085,22	-14,67
Aquisição de bens e serviços	2.032.761,15	41,48	1.641.589,22	35,76	-391.171,93	-19,24
Juros e outros encargos	15.696,15	0,32	8.897,01	0,19	-6.799,14	-43,32
Transferências correntes	529.702,99	10,81	875.432,56	19,07	345.729,57	65,27
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	71.434,93	1,46	144.706,55	3,15	73.271,62	102,57
Total	4.900.239,58	100,00	4.591.184,48	100,00	-309.055,10	-6,31

O quadro 17 permite destacar, atendendo ao peso na estrutura da despesa corrente, as seguintes rubricas:

As **despesas com o pessoal** que constituem a maior componente das despesas correntes, atingindo os 1 920 559,14 euros, representando 41,83% do seu total, registam um decréscimo de 14,67%, face a 2014 (- 330 085,22 euros);

As despesas com a **aquisição de bens e serviços**, que representam 35,76% do total das despesas correntes, sofreram um decréscimo de 19,24% (- 391 171,93 euros) face a 2014;

Os **juros e outros encargos**, onde estão incluídos os juros com os empréstimos de médio e longo prazo e que representam 0,19% do total das despesas correntes, registaram um decréscimo de 43,32%, relativamente ao exercício anterior, que se deve, para além da redução do capital em dívida, ao efeito da variação das taxas de juro indexadas aos empréstimos bancários;

As **transferências correntes**, que representam 19,07% do total das despesas correntes, registaram um crescimento de 65,27%, face ao ano anterior, que se deve à inscrição neste agrupamento das verbas relativas às bolsas a pagar a trabalhadores que se encontram em situação de desemprego, no âmbito da celebração de contratos CEI e CEI+, tendo em vista estimular a reinserção no mercado de trabalho daqueles trabalhadores.

⁵ Mapas de controlo orçamental da despesa dos anos de 2014 e 2015.

As **outras despesas correntes**, que representam 3,15% na estrutura das despesas correntes, sofreram um acréscimo de 102,57% (+ 73 271,62 euros) face ao exercício anterior.

3.2.1.2 Despesa de Capital

A despesa de capital registou um decréscimo na ordem dos 10,75% (- 303 903,98 euros) face a 2014.

Quadro 18 - Estrutura da Despesa de Capital⁶

Descritivo	Anos				Variação	
	2014	%	2015	%	Valor	%
Despesas de capital						
Aquisição de bens de capital	2.097.813,95	74,21	1.718.432,96	68,12	-379.380,99	-18,08
Transferências de capital	394.762,55	13,97	527.375,84	20,90	132.613,29	33,59
Ativos financeiros	0,00	0,00	60.021,00	2,38	60.021,00	100,00
Passivos financeiros	334.124,50	11,82	216.967,22	8,60	-117.157,28	-35,06
Total	2.826.701,00	100,00	2.522.797,02	100,00	-303.903,98	-10,75

O agrupamento “**Aquisição de bens de capital**”, que coincide com a totalidade do subagrupamento “**Investimentos**”, é o mais significativo e representa 68,12% da estrutura da despesa de capital, registando uma redução de 18,08% (- 379 380,99 euros) face ao exercício do ano anterior.

As “**Transferências de capital**” cresceram 33,59%, em resultado, sobretudo, do maior volume de transferências para as freguesias do concelho, como consequência da política seguida por este executivo, tendo por objetivo o aprofundar da cooperação técnica e financeira com todas as Freguesias, de forma a proporcionar a rápida e eficaz resolução dos problemas dos munícipes.

A rubrica “**Passivos financeiros**”, que compreende as operações financeiras com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo, regista um decréscimo de 35,06% (- 117 157,28 euros), como consequência da diminuição da dívida bancária.

⁶Mapas de controlo orçamental da despesa dos anos de 2014 e 2015

4. Indicadores Orçamentais

Neste capítulo, serão analisados vários indicadores, de forma a possibilitar uma visão objetiva da atividade financeira do Município e da execução do orçamento e opções do plano, durante o exercício de 2015, bem como da sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

4.1 Rácios de Estrutura da Receita e da Despesa

Estes rácios têm como finalidade evidenciar o peso de certas componentes da receita e da despesa no total das receitas e das despesas.

Quadro 19 – Grau de Cobertura das Despesas

Indicadores	2012		2013		2014		2015	
		%		%		%		%
Receitas próprias	1.281.052,42	18,89	1.610.810,04	19,72	1.759.645,93	22,77	1.713.714,35	24,09
Despesa total	6.782.103,43		8.166.458,74		7.726.940,58		7.113.981,50	
Pessoal	1.842.672,93	39,40	2.071.947,30	32,72	2.250.644,36	33,25	1.920.559,14	29,53
Receitas correntes	4.676.749,64		6.333.322,05		6.768.242,82		6.503.346,18	
Despesas correntes	4.020.767,18	85,97	4.290.885,33	67,75	4.900.239,58	72,40	4.591.184,48	70,60
Receitas correntes	4.676.749,64		6.333.322,05		6.768.242,82		6.503.346,18	
Despesas capital	2.761.336,25	83,64	3.875.573,41	263,48	2.826.701,00	300,50	2.522.797,02	365,39
Receitas capital	3.301.348,86		1.470.909,14		940.673,64		690.439,05	

Pela análise dos indicadores relativos à receita e à despesa, apresentados no quadro 19, podemos concluir:

- O contributo das receitas próprias⁷ no total da despesa paga permite verificar que as referidas receitas evoluíram favoravelmente, representando, em 2015, 24,09% de toda a despesa paga;
- As despesas com o pessoal representam 29,53% das receitas correntes, tendo-se registado um decréscimo do seu peso nas receitas correntes face a 2014 de 3,72%;
- As despesas correntes representam 70,60% da receita corrente, denotando no exercício em apreço um decréscimo de 1,80% face a 2014;
- As despesas de capital representam 365,39% das receitas de capital.

⁷ Receitas próprias são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros

4.2 Rácios Sobre o Grau de Financiamento do Investimento

Estes rácios têm como finalidade evidenciar o grau de financiamento do investimento municipal.

Quadro 20 – Grau de Financiamento do Investimento

	2012		2013		2014		2015	
		%		%		%		%
Fundos municipais capital	1.896.160,00		948.080,00		460.195,00		480.335,00	
Investimento	1.508.958,14	125,66	2.685.870,12	35,30	2.097.813,95	21,94	1.718.432,96	27,95
Participação Comunitária	814.794,00		409.520,15		392.388,69		187.893,53	
Investimento	1.508.958,14	54,00	2.685.870,12	15,25	2.097.813,95	18,70	1.718.432,96	10,93
Investimento	1.508.958,14	16,02	2.685.870,12	25,71	2.097.813,95	20,99	1.718.432,96	18,11
Receita total	9.420.909,23		10.447.811,31		9.994.638,08		9.486.914,08	

A análise dos indicadores de estrutura sobre o grau de financiamento do investimento, apresentados no quadro 20, permite concluir que:

:

- Os fundos municipais de capital (FEF) apenas cobrem 27,95% do investimento;
- As receitas provenientes das transferências comunitárias financiam 10,93% do total do investimento;
- O investimento municipal representa 18,11% do total da receita.

5. Análise da Situação Financeira, Económica e Patrimonial

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas. O balanço e a demonstração de resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que assenta na base do acréscimo⁸ ou do princípio da especialização dos exercícios.

A presente análise tem como suporte as demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Penafia do Castelo, designadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados.

5.1 Conceitos Contabilísticos

Para uma melhor compreensão das rubricas a analisar neste ponto do relatório, apresenta-se, de seguida, a definição de alguns conceitos contabilísticos:

5.1.1 Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, passivos e fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

5.1.2 Ativo

O Ativo corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos acumulados (“Provisões”) e desgaste acumulado do imobilizado (AA) e do valor líquido (AL), referentes ao ano N e também do valor líquido do exercício anterior.

O ativo é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

- **Ativo circulante**, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se prevê serem transformados em meios monetários no prazo de um ano (existências e dívidas a receber);
- **Ativo fixo**, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano; é constituído por imobilizado (bens de domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;
- **Acréscimos e diferimentos**, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

⁸ Base do acréscimo é uma forma mais completa de registo da informação contabilística. A base de caixa é mais limitada pois apenas se preocupa com a informação dos pagamentos e recebimentos. A base de compromissos regista também os compromissos assumidos. A base do acréscimo para além dessa informação permite também obter o valor dos custos, dos proveitos, dos ativos, dos passivos e dos resultados. Por exemplo, a aquisição de um computador, na base de caixa, termina com o pagamento. Na base do acréscimo continua a registar as alterações do valor desse bem, como por exemplo as amortizações anuais.

5.1.3 Passivo

O Passivo são as obrigações da entidade e correspondem à componente negativa do balanço de uma autarquia, sendo constituído por três grandes componentes:

- **Passivo circulante**, que corresponde às obrigações que se vencem no prazo de um ano (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);
- **Passivo de médio e longo prazo**, que corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano (normalmente dívidas a instituições de crédito);
- **Acréscimos e diferimentos**, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

5.1.4 Fundos próprios

Os Fundos Próprios representam a diferença entre o Ativo e o Passivo do Balanço de uma entidade numa determinada data, pelo que também se podem designar por “Património Líquido”. São, portanto, todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade.

5.1.5 Demonstração de resultados

Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos classificados por naturezas, o que permite obter, separadamente, os diferentes tipos de resultados, nomeadamente, operacionais, financeiros, correntes (operacionais mais financeiros), extraordinários e líquidos, evidenciando o Resultado Líquido do Exercício.

5.2 Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros e às disponibilidades e acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço fundos próprios e passivo. Os fundos próprios representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; o passivo representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e é organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Com o objetivo de analisar a estrutura patrimonial da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, apresenta-se, de seguida, um quadro comparativo de balanços.

Quadro 21 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

DESCRIÇÃO	2012 Valor	2013 Valor	Variação %	2014 Valor	Variação %	2015 Valor	Variação %
ATIVO							
ATIVO FIXO							
Bens de Domínio Público	17.131.225,99	18.424.940,85	7,55	19.212.782,79	4,28	19.042.983,47	-0,88
Imobilizado Incorpóreo	225.379,17	216.408,26	-3,98	239.379,73	10,61	281.766,00	17,71
Imobilizado Corpóreo	9.365.188,50	9.499.730,83	1,44	9.281.976,12	-2,29	9.821.210,99	5,81
Investimentos Financeiros	25.490,00	25.490,00	0,00	427.633,86	1.577,65	422.643,86	-1,17
Total do Ativo Fixo	26.747.283,66	28.166.569,94	5,31	29.161.772,50	3,53	29.568.604,32	1,40
ATIVO CIRCULANTE							
Existências	238.482,55	222.857,77	-6,55	193.178,78	-13,32	197.022,38	1,99
Dívidas de Terceiros-Curto-Prazo	776.938,07	700.373,60	-9,85	520.588,73	-25,67	273.804,71	-47,40
Outras Aplicações de Tesouraria							
Disponibilidades	2.746.770,57	2.397.269,59	-12,72	2.374.842,19	-0,94	2.473.249,68	4,14
Total do Ativo Circulante	3.762.191,19	3.320.500,96	-11,74	3.088.609,70	-6,98	2.944.076,77	-4,68
Acréscimos e Diferimentos:							
Acréscimos de Proveitos	41.059,01	32.932,96	100,00	596.609,80	1.711,59	741.575,95	24,30
Custos Diferidos	76.123,19	67.392,42	-11,47	74.760,86	10,93	113.781,58	52,19
TOTAL DO ATIVO	30.626.657,05	31.587.396,28	3,14	32.921.752,86	4,22	33.368.038,62	1,36
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO							
PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS							
Património, Reservas e Resultados Transitados	19.801.418,53	21.345.394,42	7,80	22.217.109,92	4,08	23.694.277,75	6,65
Resultado Líquido do Exercício	1.206.103,39	711.005,29	-41,05	1.348.020,07	89,59	924.186,93	-31,44
Total do Capital Próprio	21.007.521,92	22.056.399,71	4,99	23.565.129,99	6,84	24.618.464,68	4,47
PASSIVO							
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo							
Dívidas a Instituições de Crédito - Médio e longo prazo	2.982.909,23	2.503.630,37	-16,07	1.954.301,17	-21,94	1.732.843,51	-11,33
Fundo de Apoio Municipal (FAM)				360.122,86		300.101,86	
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	234.238,28	436.213,27	86,23	526.524,94	20,70	411.227,84	-21,90
Acréscimos e Diferimentos:							
Acréscimos de custos	47.029,06	94.648,79	101,26	109.055,91	15,22	323.490,04	196,63
Proveitos diferidos	6.354.958,56	6.496.504,14	2,23	6.406.617,99	-1,38	5.981.910,69	-6,63
TOTAL DO PASSIVO	9.619.135,13	9.530.996,57	-0,92	9.356.622,87	-1,83	8.749.573,94	-6,49
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	30.626.657,05	31.587.396,28	3,14	32.921.752,86	4,22	33.368.038,62	1,36

5.2.1 Estrutura do Ativo

O balanço não apresenta uma imagem verdadeira da situação patrimonial do Município, uma vez que nos “Bens de Domínio Público” e “Imobilizado Corpóreo”, rubricas de maior expressão no total do ativo, não estão contemplados todos os bens dessas classes, devido ao facto do inventário municipal

ainda não estar concluído, dada a sua complexidade, nomeadamente na inventariação e valoração dos bens do domínio público.

A análise do **quadro 21** permite concluir:

Δ Ativo Fixo

A composição do Ativo da Autarquia mostra que os bens de domínio público e as imobilizações corpóreas representam cerca de 97,60% do seu total. O ativo fixo (em 2015) valorizou-se em 1,40%, muito por força do investimento em “Imobilizado corpóreo”.

Os investimentos financeiros sofreram, em termos líquidos, um decréscimo de 1,17%, como consequência do abate ao balanço da participação financeira do Município na sociedade NIT – Negócios, Inovação e Tecnologia, S.A., como consequência do encerramento da liquidação daquela entidade.

Δ Ativo Circulante

O ativo circulante decresceu 4,68% face a 2014. A destacar a rubrica “**Dívidas de Terceiros – Curto Prazo** composta pelas rubricas “**Contribuintes, c/c**” e “**Utentes, c/c**”, que contemplam as dívidas de terceiros relativas a taxas e prestação de serviços associadas à faturação de água, designadamente a taxa de saneamento, venda de água, recolha de resíduos sólidos urbanos e disponibilidade de rede e dívidas de serviço de alimentação às crianças do Pré-Escolar e 1.º CEB, nos montantes de 4 781,22 euros e 14 293,69 euros, respetivamente, “**Estado e outros entes públicos**”, onde está contemplado o crédito relativo ao IVA a recuperar (94 017,03 euros), e “**Outros devedores**”, onde estão inscritos os créditos referentes às “Comparticipações comunitárias” (86 433,59 euros), contratos de “Cooperação Técnica e Financeira” com a Administração Central (66 909 euros) e uma caução prestada à Agência Portuguesa do Ambiente (10 000,00 euros).

Δ Acréscimos e Diferimentos

Os Acréscimos de Proveitos e os Custos Diferidos cresceram 183 986,87 euros, totalizando 855 357,57 euros.

- Os Acréscimos de proveitos consistem em receitas reconhecidas como proveitos de 2015 e sem cobrança nesse ano, no total de 741 575,95 euros. Esta conta agrega as receitas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI (555 523,42 euros), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – IMT (15 806,27 euros), Imposto Único de Circulação – IUC (7 092,47 euros), Participação no IRS (101 600,00 euros), transferências da DGEST no âmbito dos Acordos de Cooperação do Ensino Pré-Escolar (47 385,76 euros) e juros a receber de depósitos bancários (14 168,03 euros).

- Os 113 781,58 euros de Custos Diferidos reportam-se a custos suportados pela antecipação de seguros, assistência técnica ao software informático e à delegação de competências nas Juntas de Freguesia, através da assinatura de contratos interadministrativos.

⁹ Com a implementação do Sistema de Gestão de Faturação (SGF), passou a registar-se a liquidação da receita (direito) no momento da emissão da fatura e não apenas no momento da cobrança.

5.2.2 Fundos Próprios

Os fundos próprios sofreram uma variação positiva de 4,47%, essencialmente, em resultado da incorporação de património não registado no balanço inicial e da transferência do resultado líquido do exercício de 2014 para resultados transitados.

5.2.3 Estrutura do Passivo

O passivo inclui três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas por pagar;
- Passivo não exigível, que inclui os «acréscimos de custos» e os «proveitos diferidos»;
- Passivo possivelmente exigível, refletido na «provisões para riscos e encargos»;

Quando se comenta o passivo de qualquer entidade, referem-se as dívidas para com terceiros, excluindo-se o passivo não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos), e as provisões para riscos e encargos.

Incluir estas duas componentes pode levar a análises financeiras distorcidas, nomeadamente no caso do Município de Penalva do Castelo, em que estão registados valores significativos na conta 274 “proveitos diferidos”, devido a transferências de capital registadas como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com esse financiamento.

Neste capítulo, o total da dívida que importará analisar será a que constitui passivo exigível¹⁰, pelo que, o valor contabilístico inscrito em provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos, valores que não representam qualquer encargo para com terceiros, não serão objeto de análise pormenorizada.

Δ Dívida a Terceiros

As dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

Em cumprimento do princípio da especialização dos exercícios, de modo a proceder ao relato e expressão da dívida exigível a curto e a médio e longo prazo, refletiu-se nas demonstrações financeiras como exigível de curto prazo, as amortizações (estimativas) a ocorrerem em 2016 dos empréstimos de médio e longo prazo, e da imposição da subscrição das unidades de participação no âmbito do FAM. Assim, a dívida efetiva decorrente de empréstimos de médio e longo prazo fixa-se nos 1 952 489,23 euros¹¹, registando um decréscimo de 10,00% (- 216 967,22 euros) face a 2015.

Por sua vez a o montante relativo à participação do município no FAM, foi repartido pelo montante a realizar durante o ano de 2016 (60 021,00 euros), como dívida de curto prazo. Por outro lado, o valor remanescente, ou seja 300 101,86 euros foi contabilizada como dívida de médio e longo prazo, uma vez que a obrigação da sua realização vai para além do ano de 2016 (até 2021).

O passivo exigível de curto prazo regista um decréscimo de 21,90% face a 2015, cifrando-se nos 411 227,84. Expurgando a dívida a Instituições de Crédito exigível a curto prazo, relativa às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, a ocorrer durante o ano de 2016, do montante de 219 645,72 euros, e do montante de 60 021,00 euros, relativo à contribuição anual do município na realização do capital do FAM, que se vence nos meses de junho e dezembro, a dívida exigível de curto prazo seria (apenas) de 131 561,12 euros.

¹⁰ Dívida constituída para com terceiros

¹¹ Ver mapa 8.3.6.1 – Empréstimos, anexo às Demonstrações Financeiras

Para além da dívida a Instituições de crédito e ao FAM exigível a curto prazo, estão contempladas no balanço, como dívidas a terceiros de curto prazo, as decorrentes das receitas para o Estado, arrecadadas durante o mês de dezembro e entregues no mês de janeiro de 2016 (Operações de Tesouraria – 14 219,96 euros), as dívidas a “**clientes e utentes com cauções**” (83 361,70 euros), a “**fornecedores c/c**” (23 382,78 euros), a “**fornecedores de imobilizado c/c**” (1 451,40 euros) e as dívidas a “**outros credores diversos**” (6 403,33 euros).

Δ Acréscimos e Diferimentos

Os Acréscimo de Custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, que se referem essencialmente a remunerações a liquidar e encargos de cobrança do IMI e do IRC relativo ao rendimento dos juros dos depósitos bancários, registam um crescimento de 177,12% face a 2014, justificado pelo registo, pela primeira vez, dos custos com as férias do pessoal a liquidar durante o ano de 2016.

Os Proveitos diferidos, relativos a participações recebidas, no montante 5 981 910,69 euros, integram os subsídios afetos a investimentos que aguardam a especialização em proveitos.

5.3 Análise da Demonstração de Resultados

De forma a analisar os resultados económicos¹² do Município de Penalva do Castelo, apresenta-se o **quadro 22**, comparativo das demonstrações de resultados dos quatro últimos anos.

Quadro 22 – Comparativo de Resultados

Código das Contas POCAL	Custos e Perdas	Exercícios						Var. %
		2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	257.444,12	282.847,97	9,87	277.900,22	-1,75	326.806,31	17,60
62	Fornecimentos e serviços externos	1.470.216,78	1.705.796,55	16,02	1.957.048,59	14,73	1.502.566,77	-23,22
64	Custos com o pessoal	1.907.478,69	2.186.886,47	14,65	2.406.810,71	10,06	2.077.433,77	-13,69
63	Transferências e subsídios correntes concedidos	306.713,30	337.663,23	10,09	337.080,45	-0,17	814.676,55	141,69
66	Amortizações do exercício	1.291.844,89	1.348.942,65	4,42	1.375.685,00	1,98	1.520.755,11	10,55
65	Outros custos e perdas operacionais	65.556,02	66.921,56	2,08	68.320,10	2,09	42.034,85	-38,47
	(A)	5.299.253,80	5.929.058,43	11,88	6.422.845,07	8,33	6.284.273,36	-2,16
68	Custos e perdas financeiras	67.409,39	28.052,87	-58,38	52.939,17	88,71	18.245,25	-65,54
	(C)	5.366.663,19	5.957.111,30	11,00	6.475.784,24	8,71	6.302.518,61	-2,68
69	Custos e perdas extraordinárias	711.999,57	700.778,79	-1,58	261.567,54	-62,67	346.999,44	32,66
	(E)	6.078.662,76	6.657.890,09	9,53	6.737.351,78	1,19	6.649.518,05	-1,30
88	Resultado líquido do exercício	1.206.103,39	711.005,29	-41,05	1.348.020,07	89,59	924.186,93	-31,44
		7.284.766,15	7.368.895,38	1,15	8.085.371,85	9,72	7.573.704,98	-6,33
	Proveitos e Ganhos							
7111 a 7113	Vendas e prestações de serviços	521.971,66	558.398,28	6,98	528.512,51	-5,35	492.314,06	-6,85
714	Outras receitas correntes	3.062,69	1.656,36	-45,92	5.352,98	223,18	4.548,10	-15,04
715	Reembolsos e restituições	-190,71	-58,48	100,00	-646,29	0,00	-1.146,29	77,36
72	Impostos e taxas	501.233,55	761.699,59	51,97	871.823,42	14,46	915.061,65	4,96
75	Trabalhos para a própria entidade	104.554,63	57.930,17	100,00	121.075,09	109,00	105.473,30	-12,89
74	Transferências e subsídios obtidos	5.266.674,88	5.400.733,18	2,55	5.363.697,95	-0,69	5.406.516,92	0,80
	(B)	6.397.306,70	6.780.359,10	5,99	6.889.815,66	1,61	6.922.767,74	0,48
78	Proveitos e ganhos financeiros	268.612,84	266.980,85	-0,61	257.586,64	-3,52	236.629,63	-8,14
	(D)	6.665.919,54	7.047.339,95	5,72	7.147.402,30	1,42	7.159.397,37	0,17
79	Proveitos e ganhos extraordinários	618.846,61	321.555,43	-48,04	937.969,55	191,70	414.307,61	-55,83
	(F)	7.284.766,15	7.368.895,38	1,15	8.085.371,85	9,72	7.573.704,98	-6,33

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A).....	638.494,38
Resultados financeiros: (D)-(C-A).....	218.384,38
Resultados correntes: (D)-(C).....	856.878,76
Resultado líquido do exercício: (F)-(E).....	924.186,93

¹² Os resultados económicos de um município representam a diferença entre os Proveitos e os Custos e são apresentados de uma forma resumida na “Demonstração de Resultados por Natureza”.

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2015.

A leitura dos elementos constantes no quadro 22, comparativo de resultados, em função da natureza dos custos e proveitos incorridos, permite concluir o seguinte:

- Os custos e perdas reconhecidos no exercício totalizam 6 649 518,05 euros, evidenciando um decréscimo de 1,30%, face ao exercício anterior;
- Os proveitos e ganhos obtidos ascendem a 7 573 704,98 euros, registando um decréscimo de 6,33% face a 2014;
- O resultado líquido do exercício sofreu uma variação negativa de 31,44% relativamente ao exercício anterior, fixando-se nos 924 186,93 euros.

5.3.1 Estrutura dos Custos e Perdas

Para o exercício das atividades desenvolvidas ao longo do ano concorreram todos os custos e perdas do exercício, que ascendem aos 6 649 518,05 euros, tendo sofrido um decréscimo de 1,30% em relação ao exercício de 2014.

Na estrutura de custos que abaixo se apresenta, destaca-se o peso dos custos de funcionamento, consubstanciado no somatório dos “Fornecimentos e serviços externos”, “Custos com o pessoal” e “Amortizações”.

A estrutura dos custos apresenta valores em oito rubricas, desagregadas de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 23 – Estrutura dos Custos

Código de Contas POCAL	Custos e Perdas	Exercícios						
		2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	257.444,12	282.847,97	9,87	277.900,22	-1,75	326.806,31	17,60
62	Fornecimentos e serviços externos	1.470.216,78	1.705.796,55	16,02	1.957.048,59	14,73	1.502.566,77	-23,22
63	Transferências e subsídios correntes concedidos	306.713,30	337.663,23	10,09	337.080,45	-0,17	814.676,55	141,69
64	Custos com o pessoal	1.907.478,69	2.186.886,47	14,65	2.406.810,71	10,06	2.077.433,77	-13,69
65	Outros custos e perdas operacionais	65.556,02	66.921,56	2,08	68.320,10	2,09	42.034,85	-38,47
66	Amortizações do exercício	1.291.844,89	1.348.942,65	4,42	1.375.685,00	1,98	1.520.755,11	10,55
	Custos operacionais	5.299.253,80	5.929.058,43	11,88	6.422.845,07	8,33	6.284.273,36	-2,16
68	Custos e perdas financeiras	67.409,39	28.052,87	-58,38	52.939,17	88,71	18.245,25	-65,54
	Custos financeiros	67.409,39	28.052,87	-58,38	52.939,17	88,71	18.245,25	-65,54
69	Custos e perdas extraordinárias	711.999,57	700.778,79	-1,58	261.567,54	-62,67	346.999,44	32,66
	Custos extraordinários	711.999,57	700.778,79	-1,58	261.567,54	-62,67	346.999,44	32,66
	Total	6.078.662,76	6.657.890,09	9,53	6.737.351,78	1,19	6.649.518,05	-1,30

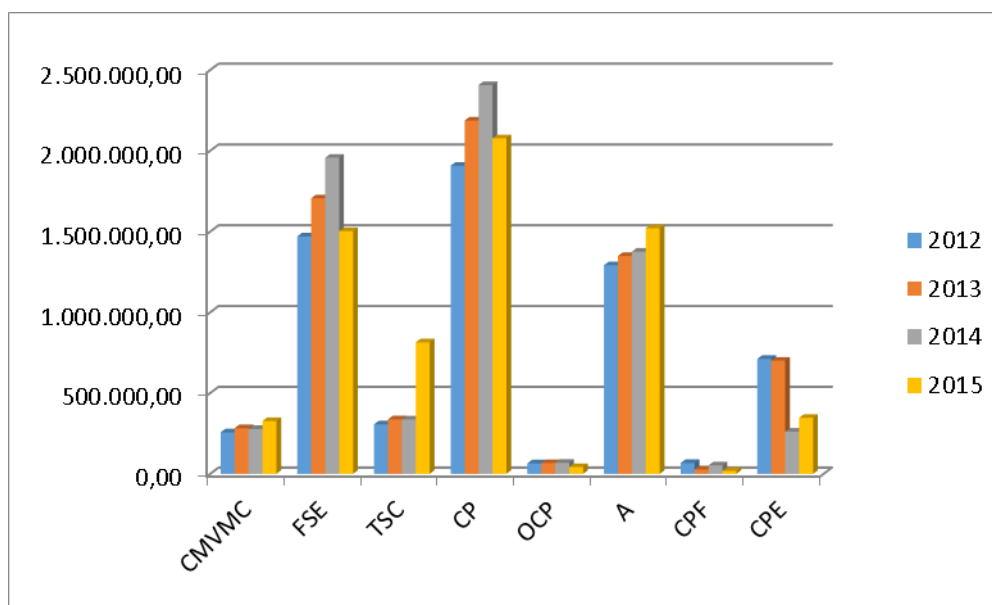
Os custos operacionais globais registaram um decréscimo de cerca de 2,16% relativamente ao exercício de 2014 e no seu conjunto ascendem a 6 284 273,36 euros.

Para o total dos custos operacionais muito contribuíram os custos com **“Fornecimentos e serviços externos”**, que ascendem a 1 502 566,77 euros, e os **“Custos com o pessoal”** com 2 077 433,77 euros.

As **“Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais”** totalizam 814 676,55 euros e registaram um acréscimo de 141,69%, onde se destacam as transferências para a Associação de Municípios da Região Planalto Beirão, no âmbito da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, e para as instituições sem fins lucrativos, designadamente para associações desportivas, culturais e de ação social.

As **“Amortizações do exercício”** sofrem um crescimento¹³ de 10,55% em relação ao exercício anterior e abarcam a depreciação dos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas. Trata-se de um custo que, embora não se reflita nos fluxos de caixa nem interfira na liquidez do Município, apresenta um peso de 24,30% nos custos municipais, tendo uma forte repercussão nos resultados económicos, pelo que a sua variação positiva poderá ter um peso significativo na imagem da eficácia financeira do Município.

Figura 2 - Estrutura dos Custos



5.3.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos com fornecimentos e serviços externos registaram um decréscimo na ordem dos 23,22%. Analisando as várias rubricas que compõem este agregado de custos, destacam-se:

- **“Eletricidade”** consumida nas instalações de serviços e bombas de elevação de água, no montante de 186 255,76 euros;

¹³ O facto de o Município ainda não ter terminado o processo de inventariação e registo dos valores de imóveis existentes à data de elaboração do inventário inicial e a necessidade de se proceder a retificação dos registos contabilísticos devido à regularização cadastral dos imóveis é uma das razões do aumento dos valores dos custos com amortizações.

- **“Combustíveis”** – 131 061,16 euros - compreende os combustíveis consumidos pelas viaturas e máquinas, bem como para o aquecimento da piscina municipal coberta e escolas;
- **“Ferramentas e utensílios de desgaste rápido”** – 2 726,38 euros;
- **“Material de escritório”** – 265,28 euros;
- **“Artigos para oferta”** – 13 856,87 euros;
- **“Comunicações”** – 48 168,75 euros (serviços telefónicos – 11 647,07 euros, gastos postais – 22 237,84 euros; internet – 9 178,55 euros; outras comunicações – 5 105,29 euros);
- **“Seguros”** – 34 783,65 euros (seguro de viaturas, de imobilizado, de acidentes pessoais do pessoal com contrato CEI e dos Bombeiros);
- **“Honorários”** – 3 148,19 euros;
- **“Conservação e reparação”** - no valor de 40 715,53 euros, onde se incluem as reparações e conservações do imobilizado (rede viária, redes de abastecimento público, edifícios e outras);
- **“Publicidade e propaganda”** – 11 436,00 euros;
- **“Trabalhos especializados”** – 427 486,65 euros (nesta rubrica destaca-se as despesas com a iluminação pública, assistência técnica a máquinas e equipamento informático e análises laboratoriais de água para consumo, águas residuais e água da piscina);
- **“Outros fornecimentos e serviços”**, no valor de 562 357,18 euros, com destaque para as “atividades culturais e turísticas” (2 500,00€), “atividades desportivas” (28 442,64 euros), “atividades educativas” (287 990,29 euros, com particular ênfase para os transportes escolares, concorrendo com 214 592,76 euros, refeições às crianças com 60 801,62 euros) e “fornecimentos e serviços diversos” (233 804,76 euros).

5.3.1.2 Custos com o Pessoal

A estrutura dos custos operacionais revela, ainda, que os **“Custos com o pessoal”** atingiram o montante de 2 077 433,77 euros, representam o maior peso relativo nos custos de exploração e decresceram 13,69% face ao exercício anterior.

Quadro 24 – Custos com o Pessoal

Código das Contas POCAL	DESIGNAÇÃO		2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Peso %	Var. %
641	Remuneração membros autárquicos	RMA	83.346,60	101.363,71	21,62	98.320,27	-3,00	99.105,72	4,77	0,80
64211	Pessoal do quadro	PQ	1.012.859,25	1.141.076,68	12,66	1.141.525,02	0,04	1.210.148,17	58,25	6,01
64212	Pessoal em qualquer outra situação	PQS	204.653,91	181.012,47	-11,55	249.093,92	37,61	89.040,37	4,29	-64,25
6422	Suplementos de remunerações	SR	201.949,04	252.011,99	24,79	309.437,53	22,79	182.871,59	8,80	-40,90
6423	Prestações Sociais Diretas	PSD	61.495,87	66.366,86	7,92	104.051,68	56,78	33.812,98	1,63	-67,50
6443	Pensões	PS	0,00	1.660,38	0,00	377,38	0,00	1.274,72	0,06	100,00
645	Encargos sobre remunerações	ESR	224.971,61	313.832,22	39,50	367.960,93	17,25	368.252,44	17,73	0,08
646	Seguros do pessoal	SEG	13.487,00	13.881,64	2,93	17.337,95	24,90	14.599,02	0,70	-15,80
648	Outros custos com o pessoal	OCP	104.715,41	115.680,52	10,47	118.706,03	2,62	78.328,76	3,77	-34,01
	TOTAL		1.907.478,69	2.186.886,47	14,65	2.406.810,71	10,06	2.077.433,77		-13,69

Os encargos com os Membros dos Órgãos Autárquicos representam 4,77% da totalidade dos custos com o pessoal e registaram um ligeiro acréscimo de cerca de 0,80% face ao exercício do ano anterior.

As despesas com o **peçoal dos quadros** constituem a maior parcela de custos com o peçoal, contribuem com 58,25% dentro da estrutura, registando um crescimento de 6,01% influenciado pelo efeito da reversão da redução remuneratória em 20%¹⁴, sobre as remunerações mensais superiores a 1 500,00 euros, levada a cabo durante o ano de 2015.

Os custos com o **peçoal em qualquer outra situação** apresentam um decréscimo de cerca de 64,25%, reflexo do fim do programa Estágios Profissionais.

Os **suplementos de remunerações** registam um desagravamento de 40,90%. Nesta rubrica estão contemplados os seguintes custos: trabalho extraordinário – 29 762,13 euros; abono para falhas – 2 362,16 euros; subsídio de refeição – 106 026,35 euros; ajudas de custo – 6 802,37 euros; outros suplementos – 37 917,58 euros.

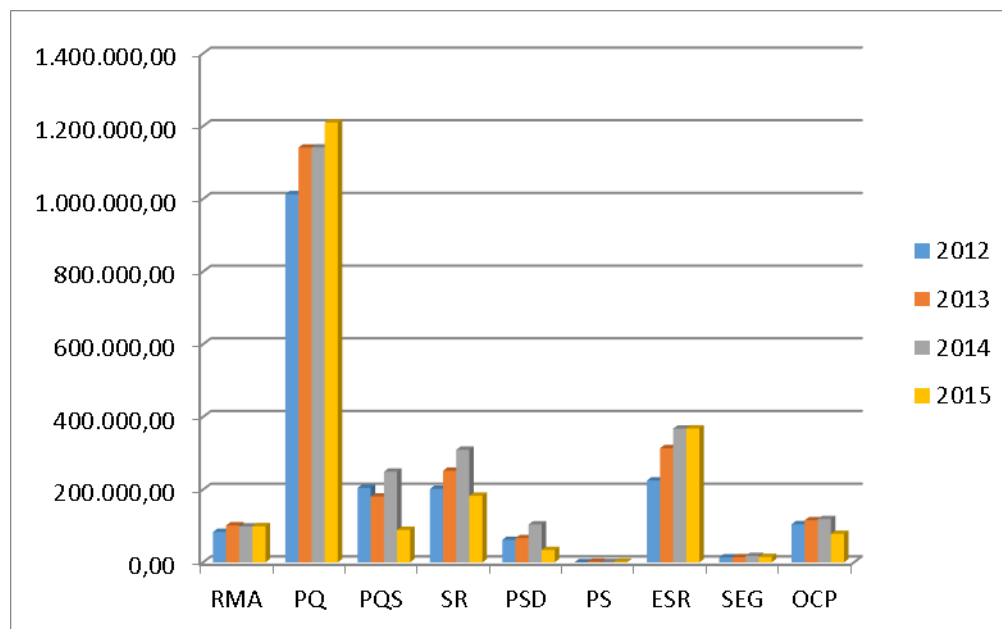
As **prestações sociais diretas**, que incluem as rubricas subsídio familiar a crianças e jovens e outras prestações de ação social, designadamente a bolsa mensal atribuída ao peçoal com contrato CEI e CEI+, decresceram 67,50%, face a 2014, essencialmente, devido ao termo de diversos contratos afetos aqueles programas.

Os **encargos sobre remunerações**, que incluem os encargos da Autarquia para a Caixa Geral de Aposentações e Regime Geral da Segurança Social, enquanto entidade patronal, sofreram um ligeiro acréscimo de 0,08%.

Os **seguros do peçoal** decresceram cerca de 15,80%.

Os **outros custos com o peçoal**, onde se destacam as despesas de saúde, sofreram um decréscimo de 34,01% face a 2014.

Figura 3 - Custos com o Peçoal



¹⁴ Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro

5.3.2 Estrutura dos Proveitos e Ganhos

O total dos proveitos em 2015 foi de 7 573 704,98 euros e registam um decréscimo de 6,33% (- 511 666,87 euros) face aos proveitos obtidos no ano precedente.

Quadro 25 - Estrutura dos Proveitos

Código das Contas POCAL	Proveitos e Ganhos	Exercícios						Var. %
		2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	
7111 a 7113	Vendas e prestações de serviços	521.971,66	558.398,28	6,98	528.512,51	-5,35	492.314,06	-6,85
714	Outras receitas correntes	3.062,69	1.656,36	-45,92	5.352,98	223,18	4.548,10	-15,04
715	Reembolsos e restituições	-190,71	-58,48	100,00	-646,29	0,00	-1.146,29	100,00
72	Impostos e taxas	501.233,55	761.699,59	51,97	871.823,42	14,46	915.061,65	4,96
75	Trabalhos para a própria entidade	104.554,63	57.930,17	100,00	121.075,09	109,00	105.473,30	-12,89
74	Transferências e subsídios obtidos	5.266.674,88	5.400.733,18	2,55	5.363.697,95	-0,69	5.406.516,92	0,80
	(B)	6.397.306,70	6.780.359,10	5,99	6.889.815,66	1,61	6.922.767,74	0,48
78	Proveitos e ganhos financeiros	268.612,84	266.980,85	-0,61	257.586,64	-3,52	236.629,63	-8,14
	(D)	6.665.919,54	7.047.339,95	5,72	7.147.402,30	1,42	7.159.397,37	0,17
79	Proveitos e ganhos extraordinários	618.846,61	321.555,43	-48,04	937.969,55	191,70	414.307,61	-55,83
	(F)	7.284.766,15	7.368.895,38	1,15	8.085.371,85	9,72	7.573.704,98	-6,33

As componentes de maior peso na estrutura dos proveitos são as transferências e subsídios obtidos, os impostos e taxas e a venda e prestações de serviços, cujo peso médio nos proveitos totais, em 2015, foi de 71,40%, 12,10% e 6,85%, respetivamente.

O montante de proveitos com **Vendas e prestações de serviços** foi de 492 314,06 euros, denotando um decréscimo de 6,85% face ao exercício de 2014.

O volume dos **Impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 915 061,65 euros, registaram um crescimento de 4,96%, (+ 43 238,23 euros), influenciado pelo bom desempenho das rubricas Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Único de Circulação (IUC).

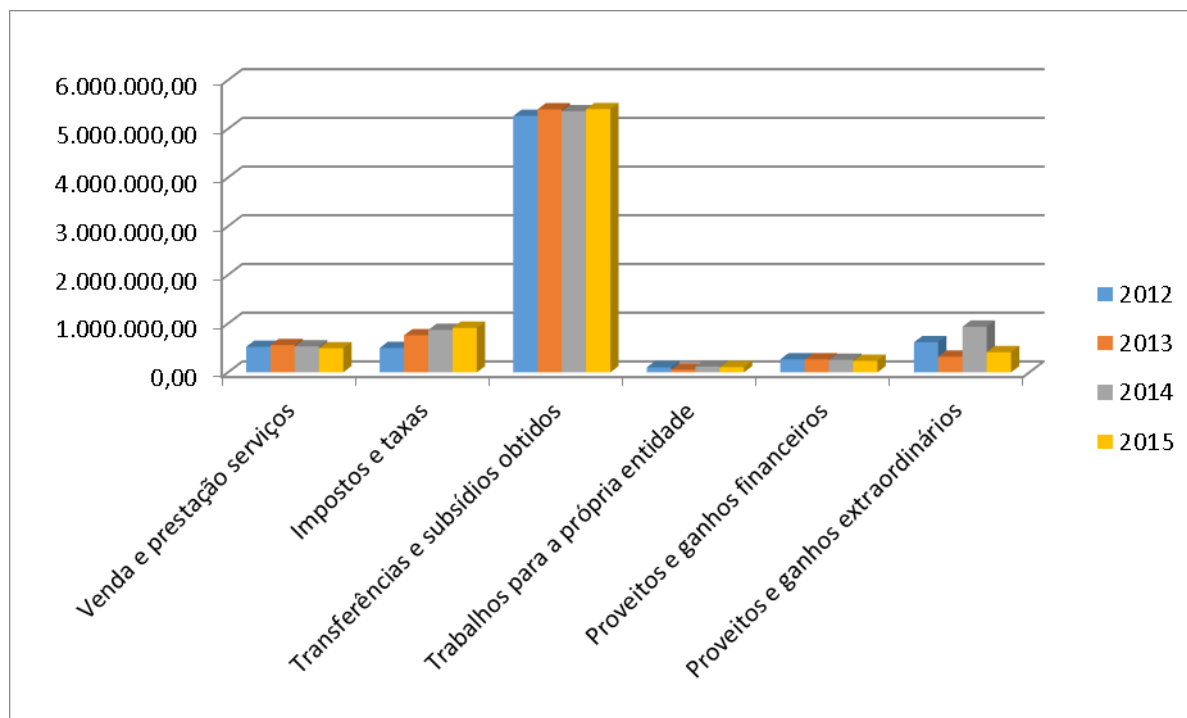
Os proveitos a que se reportam as **Transferências e subsídios obtidos** atingem o montante de 5 406 516,92 euros, sofrendo um crescimento de 0,80% face ao ano anterior.

Os proveitos obtidos através da atividade municipal na execução de obras por administração direta, que após a sua conclusão são incorporados no património do Município, consubstanciados através dos **Trabalhos para a própria entidade**, decresceram 12,89% face a 2014.

Os **Proveitos e ganhos financeiros** sofreram uma variação negativa na ordem dos 8,14%, influenciado pelo menor rendimento da rubrica juros obtidos como consequência da baixa das taxas de juros indexadas aos depósitos bancários.

Os **Proveitos e ganhos extraordinários** decresceram 55,83% face a 2014, em virtude de naquele ano ter sido inscrito o montante de 597 348,79 euros relativos a correções ao exercício de 2013, designadamente das cobranças do IMI e Participação no IRS operadas em 2014 mas que não foram reconhecidas como proveitos de 2013, como deriva da aplicação do princípio da especialização.

Figura 4 - Estrutura dos Proveitos



5.3.3 Estrutura dos Resultados Económicos

A análise da Demonstração de Resultados por natureza faculta a avaliação do resultado do exercício económico e do modo como este foi gerado.

O Município de Penalva do Castelo encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido de 924 186,93 euros, encontrando-se a Demonstração dos Resultados sintetizada no quadro seguinte:

Quadro 26 – Estrutura e Evolução dos Resultados¹⁵

		2012	2013	Var. %	2014	Var. %	2015	Var. %
Resultados Operacionais	A	1.098.052,90	851.300,67	-22,47	466.970,59	-45,15	638.494,38	36,73
Resultados Financeiros	B	201.203,45	238.927,98	18,75	204.647,47	-14,35	218.384,38	6,71
Resultados Correntes	A+B	1.299.256,35	1.090.228,65	-16,09	671.618,06	-38,40	856.878,76	27,58
Resultado Líquido do Exercício		1.206.103,39	711.005,29	-41,05	1.348.020,07	89,59	924.186,93	-31,44

Analisando cada um deles, salienta-se o seguinte:

Os **Resultados Operacionais** sofreram um acréscimo de 36,73%, influenciado pela diminuição de 2,16% dos custos operacionais, apesar do ligeiro decréscimo dos proveitos da mesma natureza de cerca de 0,48%. Os proveitos operacionais totais ascendem a 6 922 767,74 euros. Por sua vez, os custos

¹⁵ Demonstração de resultados dos anos de 2012 a 2015

operacionais totais cifram-se em 6 284 273,36 euros, advindo, deste facto, um resultado operacional positivo no montante de 638 494,38 euros.

Os **Resultados Financeiros**, do total de 218 384,38 euros, apresentam uma evolução positiva resultante do decréscimo dos custos e perdas financeiras em 65,54%, apesar do decréscimo também verificado nos proveitos da mesma natureza.

O **Resultado Líquido do Exercício** decresceu 31,44%, situando-se nos 924 186,93 euros, influenciado (em grande escala) pela diminuição dos resultados extraordinários.

5.3.3.4 Indicadores Financeiros

5.3.3.4.1 Análise da Liquidez

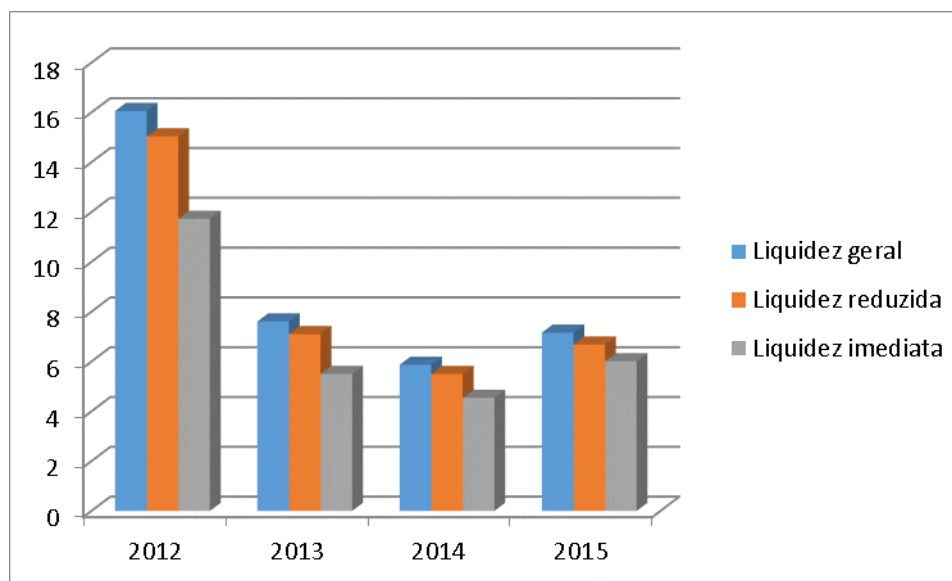
Os indicadores de liquidez retratam a capacidade da Autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo (ano), determinando em que grau o ativo circulante nas suas vertentes e conjugações dão cobertura ao exigível de curto prazo.

Quadro 27 – Indicadores de Liquidez¹⁶

Rácios	Indicadores	2012	2013	2014	2015
Liquidez geral	Ativo circulante	3.762.191,19	3.320.500,96	3.088.609,70	2.944.076,77
	Passivo circulante	234.238,28	436.213,27	526.524,94	411.227,84
Liquidez reduzida	Ativo circulante-existências	3.523.708,64	3.097.643,19	2.895.430,92	2.747.054,39
	Passivo circulante	234.238,28	436.213,27	526.524,94	411.227,84
Liquidez imediata	Disponibilidades	2.746.770,57	2.397.269,59	2.374.842,19	2.473.249,68
	Passivo circulante	234.238,28	436.213,27	526.524,94	411.227,84

¹⁶ Balanço dos anos de 2012 a 2015

Figura 5 - Evolução da Liquidez



Liquidez Geral

O rácio liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade da Autarquia de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo, por isso, um teste de solvabilidade de curto prazo. Deste modo, quanto mais elevado for este rácio maior a solvabilidade de curto prazo da Autarquia, sendo desejável que o mesmo ultrapasse pelo menos o valor 1, significando que a Autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Face aos valores constantes do quadro 27, verifica-se que o Município não tem dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo, uma vez que este rácio apresenta um valor muito superior à unidade, cifrando-se nos 7,16.

Liquidez Reduzida

Sendo o ativo circulante o que a Autarquia prevê transformar em dinheiro no prazo de um ano e tendo, no entanto, em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro, é importante calcular a liquidez reduzida, retirando ao ativo circulante o valor das existências. Ainda assim, este rácio apresenta um valor significativo, na ordem dos 6,68, muito superior à unidade.

Liquidez Imediata

Para concluir a análise da liquidez, apresenta-se o rácio de liquidez imediata, que é um rácio financeiro que mede a capacidade da Autarquia de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas, como dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo por isso a forma de liquidez mais exigente.

Este rácio, em 31 de dezembro de 2015, apresenta uma liquidez bastante positiva, na ordem dos 6,01, o que significa que as disponibilidades, ou seja, os depósitos em instituições financeiras e caixa, no montante de 2 473 249,68 euros, são mais que suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo no valor de 411 227,84 euros.

IV – EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

1. Análise da Dívida de Terceiros

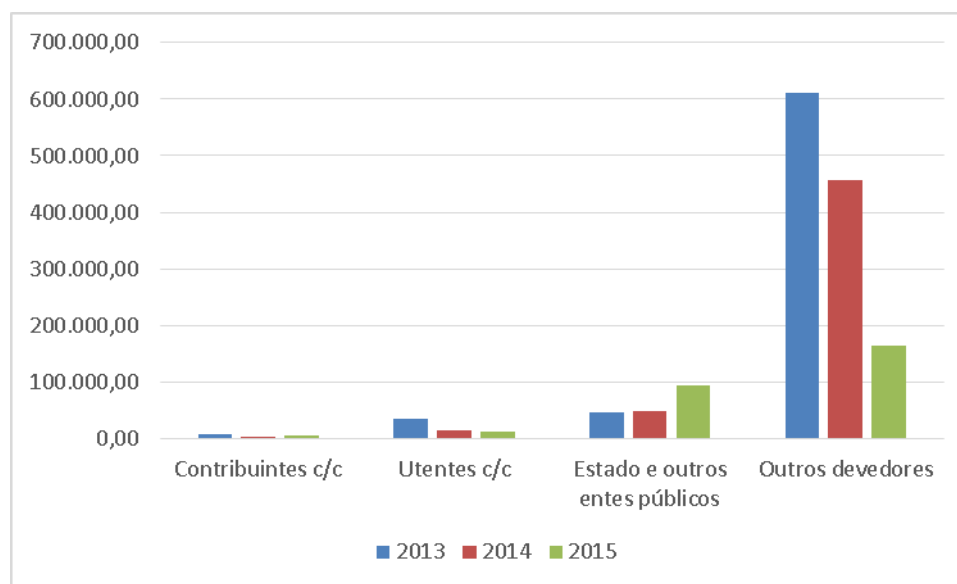
Apresenta-se um pequeno estudo sobre a estrutura e evolução da dívida de curto prazo de terceiros, nos últimos três anos, de acordo com o previsto na alínea c) do ponto 13 do POCAL.

Os valores apurados para o tratamento comparativo da evolução da dívida de terceiros ao Município fazem parte dos documentos de prestação de contas dos anos de 2013 a 2015.

Quadro 28 – Estrutura e Evolução das Dívidas de Terceiros – Curto Prazo¹⁷

Descrição	2013	2014	Var %	2015	Var %
Contribuintes c/c	7.080,26	2.843,72	0,00	4.781,22	68,13
Utentes c/c	35.342,09	14.293,69	0,00	11.663,87	-18,40
Estado e outros entes públicos	46.510,08	47.525,02	2,18	94.017,03	97,83
Outros devedores	611.441,17	455.926,30	-25,43	163.342,59	-64,17
Total	700.373,60	520.588,73	33,74	273.804,71	-47,40

Figura 6 - Evolução das Dívidas de Terceiros - Curto Prazo



A dívida de terceiros, que equivale ao conjunto de direitos do Município face ao exterior, ascendeu, em 31 de dezembro de 2015, a 273 804,71 euros, correspondendo a um decréscimo de 47,40%. É composta pelas rubricas “Contribuintes c/c”, “Utentes c/c”, “Estado e outros entes públicos” e “Outros devedores”.

¹⁷ Balanço dos anos de 2013 a 2015

As contas “**Contribuintes c/c**” e “**Utentes c/c**” contemplam as dívidas de terceiros relativas a taxas e prestação de serviços associadas à faturação de água e cantinas escolares.

A conta “**Estado e outros entes públicos**” apresenta um saldo de 94 017,03 euros relativo ao IVA a recuperar, apurado no final do 4.º trimestre de 2015, e a reportar para o período seguinte.

O saldo da conta “**Outros devedores**” apresenta um saldo de 163 342,59 euros, sendo que 10 000,00 euros correspondem a uma caução efetuada a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, para assegurar o cumprimento das obrigações constantes do Decreto-Lei n.º 226-A/2007 relativas à rejeição de águas residuais da nova ETAR de Gôje, e 153 342,59 euros a transferências a efetuar pela Administração Central, resultante da assinatura de contratos de financiamento, designadamente:

Contratos-programa

- Biblioteca Municipal – 66 909,00 euros;

QREN/FEDER

- Reabilitação urbanística de arruamentos da Vila – 1.ª fase – 22 216,75€;
- Piscina exterior – execução – 11 190,69€;
- Circular à Vila de Penalva do Castelo – 1.ª e 2.ª fase – 43 581,83€;
- Integração das TIC no processo de aprendizagem nas escolas do 1.º CEB/JI do Concelho de Penalva do Castelo – Quadros interativo – 2 210,25€;
- Modernização Administrativa – 7 234,07€.

2. Análise da Dívida do Município

A dívida a terceiros corresponde ao conjunto das obrigações do Município face ao exterior. Atingiu no final de 2015 um saldo credor de 2 444 173,21 euros, registando um decréscimo de 13,97% face a 2014 (- 396 775,76 euros).

Do total, 2 032 945,37 euros correspondem a dívida exigível de médio e longo prazo e 411 227,84 euros a dívida exigível de curto prazo,

Quadro 29 – Evolução do Endividamento

Descrição	2013	2014	Var %	2015	Variação	
					Valor	%
Dívida de Curto Prazo						
Fornecedores c/c	129.145,95	141.873,53	9,86	25.753,00	-116.120,53	-81,85
Clientes e utentes c/ cauções	78.776,06	85.094,97	8,02	83.361,70	-1.733,27	-2,04
Empreiteiros	165.063,82	6.644,89	-95,97	1.451,40	-5.193,49	-78,16
Estado e outros entes público	57.090,35	15.107,41	-73,54	14.219,96	-887,45	-5,87
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	371,73	371,73	100,00
Outros credores	6.137,09	62.648,86	920,82	66.424,33	3.775,47	6,03
Dívidas a Instituições Crédito exigível curto prazo	0,00	215.155,28	100,00	219.645,72	4.490,44	2,09
Sub Total	436.213,27	526.524,94	20,70	411.227,84	-115.297,10	-21,90
Dívida a Médio e Longo Prazo						
Dívida a Instituições de Crédito	2.503.630,37	1.954.301,17	-21,94	1.732.843,51	-221.457,66	-11,33
Fundo de Apoio Municipal	0,00	360.122,86	100,00	300.101,86	-60.021,00	-16,67
Sub Total	2.503.630,37	2.314.424,03	-7,56	2.032.945,37	-281.478,66	-12,16
Total Geral	2.939.843,64	2.840.948,97	-4,09	2.444.173,21	-396.775,76	-13,97

A dívida a terceiros, designadamente a dívida exigível de curto prazo, está negativamente influenciada pela rubrica outros credores, como consequência do registo do montante de 60 021,00 euros relativo à obrigação da contribuição do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM); e dívidas a instituições de crédito do montante de 219 645,72 euros. Expurgando estes valores, a dívida do município de curto prazo, a verdadeira dívida titulada por documentos, seria de apenas 131 561,20 euros, a qual inclui as cauções de clientes e utentes do montante de 83 361,70 euros.

Contudo, e por força do estatuído no Orçamento do Estado para 2015, o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

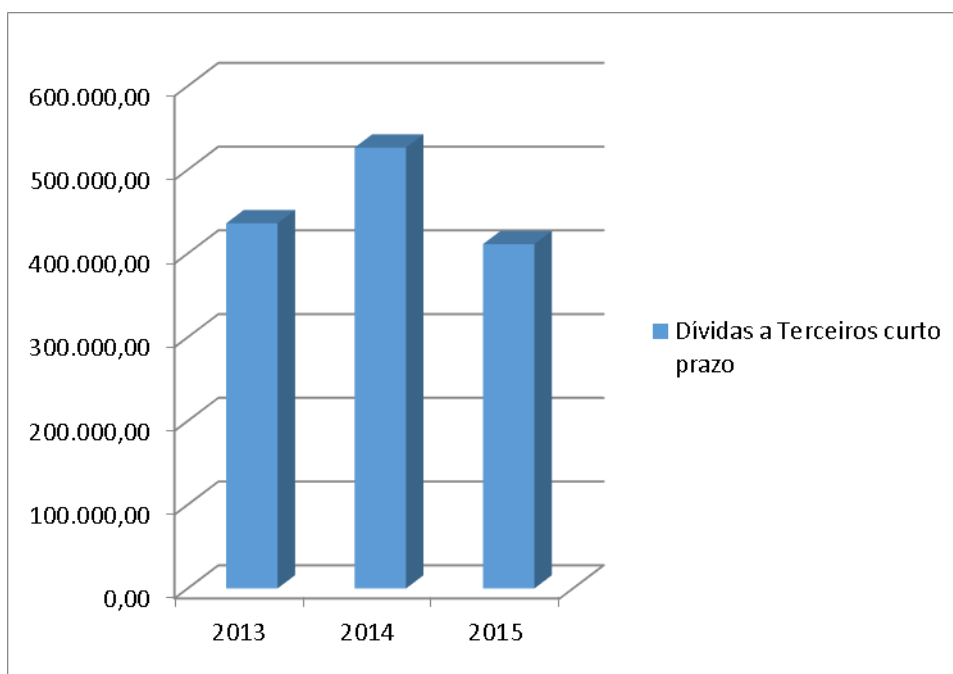
2.1 Evolução da Dívida de Curto Prazo

O conjunto das dívidas a terceiros exigíveis a curto prazo (411 227,84 euros) decresceu 21,90% (- 115 297,10 euros), face a 2014.

A dívida real de curto prazo (excluindo a dívida exigível a curto prazo com a amortização das operações de caráter de médio e longo prazo), contempla as dívidas ao Estado relativas a receitas cobradas durante o mês de dezembro e entregues no mês de janeiro de 2016 (Operações de Tesouraria – 14 219,96 euros), a “**clientes e utentes com caucões**” (83 361,70 euros), a “**fornecedores c/c**” (25 753,00 euros), “**fornecedores de imobilizado c/c** (1 451,40 euros) e a “**Outros credores**” (66 424,33 euros)

Do total da dívida de curto prazo, 27 204,40 euros dizem respeito a faturas de fornecedores e empreiteiros, rececionadas nos Serviços durante o mês de janeiro de 2016, relativas a fornecimento de bens e prestação de serviços ocorridos no final do ano e já pago.

Figura 7 - Evolução da Dívida a Terceiros de Curto Prazo

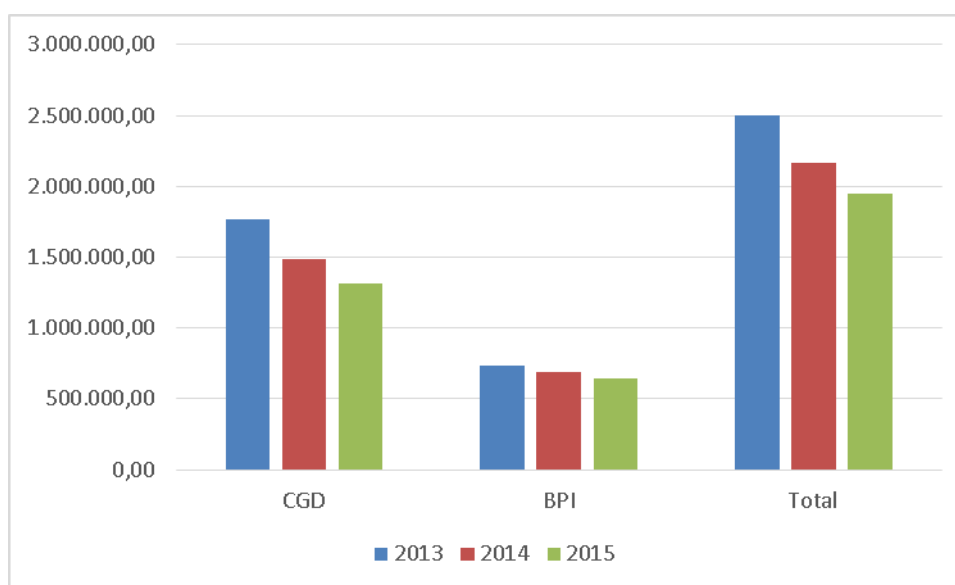


2.2 Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo

A dívida exigível a médio e longo prazo cifra-se nos 2 032 945,37 euros, sendo 1 732 843,51 de dívida bancária e 300 101,86 euros de dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) a pagar nos anos subsequentes a 2016.

O passivo de médio e longo prazo, patenteado no mapa 8.3.6.1 do anexo às demonstrações financeiras, do montante de 1 952 489,23 euros, sofreu um decréscimo de 10,00% (- 216 967,22 euros) face ao exercício anterior, sendo constituída na sua totalidade por dívida bancária, de empréstimos obtidos à da Caixa Geral de Depósitos (1 312 345,08 euros) e do Banco BPI (640 144,15 euros).

Figura 8 - Evolução da dívida a Instituições de Crédito a Médio e Longo Prazo



3. Capacidade de Endividamento

Após a análise da dívida de curto, médio e longo prazo, torna-se, agora, pertinente compará-la com a capacidade de endividamento legal da Autarquia.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), veio impor novos limites ao endividamento autárquico. Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º daquela lei, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais, de forma proporcional à quota do município para as suas despesas de funcionamento e das empresas participadas, proporcional à participação direta ou indireta do município no seu capital social, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A mencionada lei contempla, para além do referido limite, uma cláusula travão¹⁸ que impede que os municípios que tenham capacidade de endividamento, apenas possam aumentar, em cada exercício orçamental, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 30 – Limite de endividamento a 31 de dezembro de 2015

Designação	Cobrança			Média dos três exercícios anteriores
	2012	2013	2014	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	4.676.750,64	6.333.322,05	6.768.242,82	5.926.105,17
(1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1,5 vezes média receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				8.889.157,76
(2) DÍVIDA DO MUNICÍPIO *				1.972.656,00
(3) ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITES DA DÍVIDA TOTAL				325.372,00
(4 = 2 + 3) DÍVIDA TOTAL A 31-12-2015				2.298.028,00
(5) = (1 - 4) Margem Disponível				6.591.129,76
MARGEM UTILIZÁVEL A 31-12-2015 (margem disponível*20%)				1.318.225,95

Não obstante, a margem disponível de endividamento ser bastante alargada (6 581 129,76 euros), o endividamento do município, em 2016, só poderá aumentar 20% da margem disponível, ou seja, até ao montante de 1 318 225,95 euros.

¹⁸ Alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei das Finanças Locais

V – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, o Resultado Líquido do Exercício pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de reservas, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 924 186,93 euros, seja transferido para a conta 59 «Resultados transitados». Considerando que a conta 51 «Património» corresponde a mais de 20% do ativo líquido, deverá ser repartido para a conta 571 «Reforço de reservas» o montante de 46 209,35 euros, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício.

VI – FACTOS MAIS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Em março de 2016 foi assinado o Termo de Aceitação, para a realização da operação, à qual foi atribuída o código POSEUR-03-2012-FC-000003, “Construção da nova ETAR de Gôje”, a qual terá uma comparticipação financeira do Fundo de Coesão do montante de 1 765 159,90 euros.

Paços do Município de Penalva do Castelo, 8 de abril de 2016

O Presidente da Câmara,

(Francisco Lopes de Carvalho)